REVISTA
RPPS
do Brasil

50ª Edição - Janeiro/Fevereiro de 2020
DISTRIBUIÇÃO DIRIGIDA E POR ASSINATURA
ISS 22380108 | R$ 65,00

AEPREMERJ tem novo comando

Alessandra Marques e Luciane Rabha assumem a direção da Associação carioca e prometem muito trabalho

APEPREV
Associação paranaense realiza workshop sobre a Nova Previdência

RAIO X
Destacamos a governança em Goiás

APEPREV
Confira o sucesso do primeiro evento de RPPS do País em 2020

EDITORIAL

Prezado Leitor,

Em mais uma edição da sua RPPS do Brasil, a ÚNICA revista específica de Regime Próprio com circulação permanente, muitos destaques sobre GOVERNANÇA. Aproveitamos a primeira edição do ano para mostrar que quando colocamos amor e responsabilidade ao que fazemos, o resultado é sempre o melhor possível!

No nosso editorial especial sobre GESTÃO, destacamos a boa governança dos seguintes RPPSs: MessiasPrev, Aracruz, NaviraiPrev, Previlucas, Viçosa-Prev e ainda demos evidência ao trabalho de gestão em PreviCaceres e em Catalão, no Ipasc.

Destacamos ainda a importância do Oscar da Previdência, o prêmio de Boas Práticas de Gestão instituído pela ANEPREM como ferramenta de melhoria da governança nos RPPSs.

Nossa colunista Diana Lima começa a trabalhar o tema "Como lidar com o conflito de interesses e instituir boas práticas de governança nos RPPSs".

Alex Sertão fala das mudanças ocorridas no cálculo da pensão por morte após a emenda constitucional 103/19.

Na coluna "ESSE ESPAÇO É SEU", o advogado e consultor da revista RPPS do Brasil, Bruno Martins, esmiúça o tema sugerido pelo diretor financeiro de Previlandia/Sidrolandia-MS, Paulo Roberto Gomes: Prazo limite do parcelamento feito pelo ente federado.

Destaque para nossa capa que traz uma mulher empoderada à frente de uma das mais importantes associações de RPPS do país, a AEPREMERJ. Desejamos sucesso à Luciane Rabha e toda diretoria.

Nossa capa ESPECIAL traz o belo trabalho de gestão da equipe do RPPS Previni, de Nova Iguaçu/RJ.

Também registramos o esforço em colaborar para a melhoria da gestão do Regime Próprio da APEPREV, que realizou o primeiro evento de RPPS de 2020, o workshop sobre a Nova Previdência, reunindo 500 pessoas.

Ainda dentro do quesito gestão, destacamos o belo trabalho de Alexandre Wernersbahc Neves no movimento de estímulo a implantação da Previdência Complementar.

E nossa paradinha, para o RAIO X da gestão foi em Goiás, onde encontramos como exemplo de governança os RPPSs de Senador Canedo e Caldas Novas.

Nosso colunista Lucas Azevedo Fonseca da Lumens Atuarial traz uma avaliação completa de como está o Regime Próprio de Goiás pela ótica atuarial.

E no ESPAÇO DA ANEPREM, registro para a iniciativa da FNP – Frente Nacional de Prefeitos que chamou os gestores a olharem com mais amor para o RPPS.

E tem muito mais nas nossas páginas e também nas nossas redes sociais. Leia, compartilhe, afinal... informação é tudo!

Iliane Fonseca
e Equipe

REVISTA RPPS do Brasil

EXPEDIENTE

Diretora e editora responsável:
Iliane Fonseca / jornalista MTE/RP 2729/GO

Financeiro: Samanta Ferreira
Projeto Gráfico: Márcio | www.superpublicidade.com.br
Fotografia/reportagem: Iliane Fonseca e Égon Rodrigues

Contato com o mercado: Iliane Fonseca
Assinatura: Samanta Ferreira e Débora Rodovalho
Promotora de Vendas Especializada: Débora Rodovalho
Administrativo: Antônio Rubens

Assessoria jurídica: Oliveira & Rizzo Advogados Associados – 64 3441 4881

Conselho Editorial:
Márcio Apolinário – presidente da APEPREV
Fernando Calazans – advogado
Heliomar Santos – presidente da ANEPREM
Wilma Torres – atuária
Ronaldo Oliveira – consultor previdenciário

Colunistas nesta edição:
Alexandre Neves
Alex Sertão
Bruno Martins
Diana Lima
Lucas Azevedo
Herickson Rangel

Impressão: Gráfica RB Digital

Assinatura e distribuição:
Edição impressa – assinatura: R$ 310,00
(6 edições / circulação bimestral)
Distribuição própria para assinantes e público alvo – via Correios
www.revistarppsdobrasil.com.br
contato@revistarppsdobrasil.com.br
64 – 3411 6345
64 – 99949 7898 – falar com Iliane Fonseca

Escritório:
R. Nossa Senhora de Fátima, 585
B. Nossa Senhora de Fátima – Catalão/GO
CEP: 75.709-180

• Todo nosso conteúdo editorial tem como propósito informar e orientar os envolvidos com o segmento. Os artigos assinados expressam, especificamente, a opinião de seus autores.
• Qualquer reprodução do conteúdo da Revista RPPS do Brasil, por quaisquer meios, somente com autorização por escrito da empresa responsável pela edição.
• Este conteúdo é de inteira responsabilidade do anunciante/colunista, não reflete necessariamente a opinião da Revista RPPS do Brasil.

SUMÁRIO

15 **PALAVRA DE PRESIDENTE**
Márcio Apolinário, à frente da APEPREV, fala de expectativas

21 **BOAS PRÁTICAS**
Gestão de Regime Próprio é nosso destaque na edição

35 **GESTORES CHAMADOS**
FNP chama prefeitos para verem o RPPS com mais amor

CONSELHO EDITORIAL

Márcio Apolinário

Fernando Calazans

Heliomar Santos

Wilma Torres

Ronaldo Oliveira

Ser convidado para fazer parte do Corpo Editorial de uma revista é uma honra para qualquer profissional, uma vez que tal convite é um reconhecimento à sua capacidade técnica e científica, qualificando-o para avaliar criticamente os trabalhos enviados para a revista, sendo o seu parecer o maior parâmetro para a seleção do que deve ser publicado.

E a Revista RPPS do Brasil lança mão, a partir desta edição, de nomes fortes que atuam em áreas diferentes e que militam diretamente no mercado do Regime Próprio para ter um resultado editorial que venha atender ainda mais a demanda por informações/notícias e orientações na área.

Com toda certeza, a ÚNICA revista específica de RPPS do Brasil vai ficar muito melhor com o trabalho sério e eficiente a ser desempenhado pelos prestimosos Conselheiros: **Márcio Apolinário** (presidente da APEPREV); **Fernando Calazans** (advogado indicado pelo IEPREV); **Heliomar Santos** (presidente ANEPREM); **Wilma Torres** (atuária indicada pelo IBA)); e **Ronaldo Oliveira** (consultor).

REVISTA RPPS do Brasil

Você também pode fazer parte da **Revista RPPS do Brasil.**
Participe enviando suas dúvidas e sugestões através
do e-mail: **contato@revistarppsdobrasil.com.br**

xp investimentos

As melhores oportunidades para os Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS

A XP Investimentos oferece diversidade e tecnologia para gerar grandes resultados, com uma plataforma diferenciada de produtos e serviços e um atendimento próximo de especialistas em cada modalidade de investimento. Tudo isso com a solidez de uma instituição com 15 anos de mercado e mais de R$ 175 bilhões sob custódia.

Fundos de Investimentos

Vasta cobertura da indústria nacional e global de fundos de investimentos, rigorosamente selecionados e enquadrados na Resolução 3.922.

Comparador

Ferramenta que permite comparar a performance histórica dos fundos da Plataforma de RPPS da XP com os fundos do mercado.

Renda Fixa - Títulos Públicos

Adquira títulos públicos de forma prática, com acesso às melhores taxas do mercado primário e secundário.

WWW.XPINSTITUCIONAL.COM.BR/PLATAFORMA/RPPS

Os profissionais que atuam no mercado de RPPS podem contar com mais um canal para se orientar. A **Revista RPPS do Brasil**, através de parceria com Bruno Sá Freire Martins, advogado e colunista da RPPS do Brasil, disponibiliza um espaço na edição impressa e também na nossa página na web **revistarppsdobrasil.com.br** para que você, gestor e demais profissionais que atuam nos Institutos, envie DÚVIDAS e TEMAS ligados ao RPPS para serem ESCLARECIDOS pelo nosso consultor.

Sua participação, que pode ser identificada ou anônima, deverá ser feita através do email:
contato@revistarppsdobrasil.com.br

Participe! Este é o seu espaço!

REVISTA RPPS do Brasil

PRAZO LIMITE DO PARCELAMENTO FEITO PELO ENTE FEDERADO

Em nossa parceria recebemos o seguinte questionamento do diretor financeiro de Previlandia/Sidrolandia/MS, Paulo Roberto Gomes:

Por que não tem limite os parcelamentos feitos pelo Ente?

A questão que envolve o parcelamento de débitos previdenciários por parte do Ente Federado junto ao Regime Próprio sempre foi objeto de grande controvérsia, cuja solução definitiva se deu recentemente com a edição da Emenda Constitucional n.º 103/19.

Isso porque, o texto reformador trouxe em seu texto a seguinte previsão:

Art. 9º ...

§ 9º O parcelamento ou a moratória de débitos dos entes federativos com seus regimes próprios de previdência social fica limitado ao prazo a que se refere o § 11 do art. 195 da Constituição.

E também alterou o parágrafo 11 citado, passando este ter o seguinte teor:

Art. 195 ...

§ 11. São vedados a moratória e o parcelamento em prazo superior a 60 (sessenta) meses e, na forma de lei complementar, a remissão e a anistia das contribuições sociais de que tratam a alínea "a" do inciso I e o inciso II do caput.

Os dois dispositivos transcritos são normas de natureza geral, portanto, alcançam a todos os Entes Federados indistintamente.

Além disso, são normas constitucionais de eficácia plena assim consideradas aquelas idôneas para produzir todos os efeitos previstos, isto é, podem disciplinar de pronto as relações jurídicas, uma vez que contêm todos os elementos necessários. Correspondem aos casos de norma autoexecutável (CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL, Gilmar Ferreira Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco, 13ª edição, editora Saraivajur, página 104).

Além disso, tais previsões se encaixam dentre aquelas que, segundo o artigo 36 da Emenda, tem vigência a contar da sua publicação, portanto, desde 13 de Novembro de 2.019 os parcelamentos de débitos do Ente Federado com o respectivo Regime Próprio tem prazo limitado a 60 (sessenta) meses.

Limite temporal este que alcança também os parcelamentos já existentes e que em razão de descumprimento não foram cumpridos, ensejando a realização de um novo ajuste, conhecido como re-parcelamento.

Isso porque, a nosso ver, tal procedimento se constitui em um novo parcelamento já que o débito não é mais o mesmo e precisa se submeter, para sua concretização, a todo o rito estabelecido para os parcelamentos em geral, inclusive o autorizo legal.

Dessa forma, reveste-se da natureza de um novo parcelamento e como tal deve observar os limites estabelecidos pelo texto reformador de 2.019.

Bruno Sá Freire Martins, servidor público efetivo do Estado de Mato Grosso; advogado; consultor jurídico da ANEPREM e da APREMAT; pós-graduado em Direito Público e em Direito Previdenciário; professor da LacConcursos e de pós-graduação na Universidade Federal de Mato Grosso e no ICAP – Instituto de Capacitação e Pós-graduação (Mato Grosso); membro do Conselho Editorial da Revista de Direito Prática Previdenciária da Paixão Editores e do Conselho de Pareceristas ad hoc do Juris Plenun Ouro ISSN n.º 1983-2097 da Editora Plenum; escreve todas as terças-feiras para a Coluna Previdência do Servidor no Jornal Jurid Digital (ISSN 1980-4288) endereço www.jornaljurid.com.br/colunas/previdencia-do-servidor, e para o site fococidade.com.br, autor dos livros DIREITO CONSTITUCIONAL PREVIDENCIÁRIO DO SERVIDOR PÚBLICO, A PENSÃO POR MORTE, REGIME PRÓPRIO – IMPACTOS DA MP n.º 664/14 ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS e MANUAL PRÁTICO DAS APOSENTADORIAS DO SERVIDOR PÚBLICO, todos da editora LTr e de diversos artigos nas áreas de Direito Previdenciário e Direito Administrativo.

/AgendaAssessoria

meu RPPS

Dom Comunicação

Simule aposentadoria e acompanhe processos de qualquer **lugar** e a qualquer **hora!**

Com o aplicativo Meu RPPS, o segurado terá informações na palma da mão, de forma ágil e segura, podendo simular aposentadoria e acompanhar processos de qualquer lugar e a qualquer hora.

O aplicativo Meu RPPS foi elaborado utilizando as mais novas tecnologias em desenvolvimento de aplicativos para smartphones e cuidadosamente pensado com foco total no segurado.

FUNCIONALIDADES

- SIMULAÇÃO DE APOSENTADORIA;
- ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS;
- EMISSÃO DE HOLERITE, FICHA FINANCEIRA E CRP;
- DÚVIDAS E FALE CONOSCO.

Rápido, fácil e seguro, na palma da sua mão!

agenda ASSESSORIA
Conectando **Excelência** e **Inovação**

Disponível para: Google Play | Download on the App Store

(65) **3322-3400** | WWW.**AGENDA**ASSESSORIA.COM.BR | **25** ANOS

ACESSE NOSSOS CANAIS DIGITAIS

@revista.rppsdobrasil

/revista-rpps-do-brasil

/revistarppsdobrasil

revista rppsdobrasil

www.revistarppsdobrasil.com.br

REVISTA RPPS® do Brasil

64 3411 6345 | 64 99949 7898
contato@revistarppsdobrasil.com.br

Velomar Rios, um defensor do RPPS catalano

VELOMAR RIOS, UM GOIANO APAIXONADO POR REGIME PRÓPRIO

Nesta edição entrevistamos um cidadão que ajudou a construir a história do Instituto de RPPS de Catalão/Goiás

Quando pensamos em produzir uma edição da revista RPPS do Brasil focada em mostrar o zelo de gestão para com o Regime Próprio elencamos vários bons exemplos de gestão espalhados pelo país e um dos que nos chamou atenção, com certeza por estar muito próximo da revista RPPS do Brasil, já que estamos falando do Instituto de Catalão, cidade onde fica a sede desta que é a única revista específica de RPPS do País com circulação permanente.

E entrevistar o bem humorado e comprometido gestor Velomar Gonçalves Rios nos ensinou que precisamos acima de tudo amar aquilo que fazemos. O advogado, goiano, militante político muito participante em 3 gestões do RPPS catalano, foi prefeito, atualmente é o secretário municipal de saúde e carrega com carinho o título de presidente de honra do IPASC. "Durante todos esses anos sempre mantive um olhar especial, de cuidado com o RPPS catalano. Faço parte da história do IPASC, em maio de 1992 foi criado o RPPS, em janeiro de 1993 fui designado superintende da pasta, que tinha apenas 7 meses de funcionamento. Era um embrião, que desenvolveu com a nossa gestão e com a gestão de outros. Na época não tinha cultura de previdência, todos entendiam que era um convênio de saúde e a receita de 8% de contribuição do servidor era destinada à saúde. Em 1995, quando deixei a gestão, tínhamos construído uma reserva financeira, compramos uma sede para o instituto, onde até hoje funcionamos. Em outubro de 2000 veio a mudança na lei e a contribuição deveria ser destinada exclusivamente para o benefício previdenciário. Em janeiro de 2001 assumi de novo o IPASC e tínhamos até então pouco mais de R$ 120 mil reais de recursos previdenciários e uma dívida de saúde de mais de R$ 600 mil. Fiquei mais 5 anos à frente do Instituto e voltei em 2017 a dirigir o órgão até junho de 2019, quando entregamos a previdência com R$ 114 milhões em caixa", destaca Rios ao dizer com bom humor que dirigiu o IPASC por 3 vezes e que por isso pode pedir música ao Fantástico. "Ao longo destes anos todos, entre idas e vindas à frente do Regime Próprio, foram várias as adequações na Previdência, que é muito dinâmica. Portarias, alterações para melhorar a segurança previdenciária e buscando sempre criar reserva futura, para que o dia que deixarem de ser contribuintes e passarem a ser beneficiários, que os servidores públicos catalanos tenham a tranquilidade de dormirem em paz, com o devido sentimento de segurança previdenciária".

Atualmente com 623 servidores entre ativos e inativos, com CRP administrativo, o IPASC está sob a responsabilidade de gestão da advogada Karla Rosane Santos Rabelo. "O mais importante é que neste período entre as primeiras legislações até hoje, é que buscamos atender da melhor forma possível os usuários/beneficiários, propiciando a devida cobertura dentro da legalidade. Foi uma evolução interessante em nível nacional e o IPASC seguiu por esse caminho. Hoje temos uma das maiores reservas financeiras de Goiás enquanto RPPS. Muito trabalho pra chegarmos o resultado que temos hoje", destaca Rios.

Algo que preocupa Rios e tira o sono de praticamente todo o segmento é que a folha de pagamentos cresce a cada dia com o envelhecimento da população de servidores, aumentando assim a dependência do benefício da previdência pública. E atrelado a esse aspecto tem a questão de mercado financeiro difícil com baixas taxas de rendimentos e as incertezas econômicas oriundas das reformas que se espera estabelecer. "O RPPS é uma unidade importante por tratar especificamente um grupo de titulares com seu conjunto de dependentes no espaço da circunscrição onde as pessoas vivem. Isso é muito interessante, ao contrário do Regime Geral, que tem gestão distanciada do usuário. O RPPS aproxima essas partes e isso é enriquecedor. Vejo que exigências legais são muito positivas por parte dos órgãos regulamentadores para garantir a previdência eficaz aos cidadãos, garantir a sustentabilidade do Regime. Sempre vi com bons olhos a participação dos RPPSs no sistema previdenciário brasileiro", ressalta.

Para Rios é uma honra defender o RPPS. "Sempre tive muito amor e paixão pelo IPASC, participamos de toda evolução do RPPS até os dias atuais. Tenho o título de presidente de honra, embora simbólico, mas um reconhecimento de todos os servidores pelo tempo que estamos envolvidos com a história do Regime Próprio".

Para 2020 esperamos construir nova sede do IPASC, a prefeitura de Catalão fez repasse de um imóvel interessante para edificar a sede. Será mais espaço para atender os servidores. Dependemos do andar da economia, questões de investimentos e das reformas que estão por vir para vermos nossa nova sede pronta. Além disso, queremos concluir o recenseamento de todos os servidores para melhoria da base de dados e consequentemente termos uma avaliação atuarial mais realista", pondera o presidente de honra que não hesitou em ir a Macaé/RJ em 2011, enquanto era prefeito de Catalão, para prestigiar o lançamento oficial da Revista RPPS do Brasil. "Na época não tinha como deixar de prestigiar minha amiga Iliane Fonseca, que foi muito determinada e visionária em apresentar um projeto tão ousado para o Brasil todo, sendo que a origem desse projeto vinha de um município cravado no coração do Brasil (Catalão). Além disso, por ser então prefeito e ter minhas raízes no RPPS, tinha plena consciência da importância da revista para o mercado. Além disso, entendi que a partir da criação da RPPS do Brasil o segmento passaria a ter um veículo de comunicação específico para a previdência brasileira com circulação entre os RPPSs na forma de propiciar um intercâmbio entre os Institutos. Foi muito bom apoiar o projeto de tão grande importância para o RPPS e ver a revista crescendo e consolidada há uma década é muito gratificante", finaliza.

• Essa é uma homenagem de toda equipe IPASC ao cidadão catalano Velomar Rios, um defensor do RPPS

AEPREMERJ TEM NOVO COMANDO

Luciane Rabha assume a direção da Associação carioca e promete muito trabalho

Registro da mesa solene com autoridades do meio

A posse da diretoria que estará à frente dos destinos da AEPREMERJ – Associação das Entidades Previdenciárias dos Municípios e do Estado do Rio de Janeiro até 2021 aconteceu na bela Angra dos Reis, no Iate Club Aquidobã, no dia 15 de janeiro.

Na ocasião, Luciane Rabha assumiu a presidência com muitos desafios. "A previdência apareceu na minha vida como um desafio na reta final da minha jornada profissional. Meu desejo é que a AEPREMERJ não seja somente uma marca, e sim, que iremos deixar uma marca... de uma Associação que vai lutar pelos direitos dos associados para que a política previdenciária possa ser fortalecida e fomentada em nosso Estado", destaca ao afirmar que nunca sonhou estar à frente da entidade. "Em 2017 quando a atual gestão do prefeito Fernando Jordão me convidou para ser Presidente do Instituto de Previdência de Angra dos Reis – ANGRAPREV, me senti desafiada a entrar em uma área desconhecida. Com muito empenho, determinação e estudo levamos o Instituto de Angra a um patamar até então nunca alcançado. A Presidência da AEPREMERJ chegou, não por acaso, mas como uma grata surpresa. Aos poucos fui me envolvendo e aceitei o desafio".

Leda Ribeiro e Carol Pessanha trabalharam na organização da posse

E quem acompanha de perto o trabalho de Luciane sabe que ela é uma mulher de ação. "A Luciane é assim, ela sonha e faz. Tenho o prazer de trabalhar com ela e fiz a decoração desse espaço que sediou a posse. Optamos pelo estilo sofisticado com ar tropical, de maneira suave, receptiva, com gastronomia pensada para agradar os convidados", disse Leda Ribeiro.

A mesma opinião compartilhada por Carol Pessanha. "Sou assessora cerimonialista há 10 anos, fui convidada pra cuidar do evento. Assinei tudo com muito carinho atendendo ao pedido da Lucine".

Presidente Luciane, vice-presidente Alessandra e o prefeito de Angra, Fernando Antônio

Para o prefeito de Angra dos Reis, Fernando Antônio Ceciliano Jordão, Luciane e sua diretoria deixarão uma bela marca na história previdenciária do Rio. "Muita coisa tem por fazer, a Associação vai contribuir muito com o RPPS brasileiro. Aproveito para desejar à diretoria AEPREMERJ, que tenha muita felicidade na gestão".

Reconhecimento também de quem milita há décadas no meio. "Acompanho o trabalho da AEPREMERJ há anos. A gente percebe a importância dessa Associação, desde a primeira gestão. Notadamente, hoje com Luciane, representando a região sul fluminense mostra que a atuação da AEPREMERJ está em expansão. A diretoria tem representantes de todas as regiões do Estado

Heliomar - ANEPREM quer estreitar parceria com a AEPREMERJ

e isso é muito bom. Para nós da ANEPREM, eu como carioca, queremos estimular a cultura previdenciária aqui. E faremos esse ano em agosto, aqui no Rio, nosso Congresso Nacional. Temos um papel importante para ajudar os municípios a manterem benefícios conquistados na esfera previdenciária, portanto, juntos, ANEPREM e AEPREMERJ vamos orientar, esclarecer e direcionar ações visando a sustentabilidade do sistema nos municípios cariocas", pondera Heliomar Santos, presidente da ANEPREM.

João Figueiredo - ABIPEM também está imbuído de fortalecer a parceria com os cariocas

Para o presidente da ABIPEM, João Carlos Figueiredo, a AEPREMERJ continuará na senda do progresso. "Reconhecemos a importância da AEPREMERJ, até mesmo porque temos como vice-presidente região Sudeste do Brasil a Rosilaine Brum, que ora passa o comando para Luciane. Temos esse compromisso de apoiar, reconhecer e dar espaço pra que cada associação exerça sua atuação regional e traga para a ABIPEM as demandas de cada localidade. A diretoria assume com muita vontade, tem o legado da Rosi, que continua na entidade. Estamos com um ano de dificuldade para implantação da Nova Previdência, outras mudanças na área de gestão virão e a AEPREMERJ precisa acompanhar essa movimentação e levantar essas demandas visando buscarmos soluções".

Márcio Apolinário

Márcio Apolinário, presidente da APEPREV e representando os Regimes Próprios do Paraná, afirma quer reforçar o trabalho de parceria com a AEPREMERJ. "Todos os municípios fazem parte do mesmo sistema, e a união das associações propicia alinhar as experiências, ter mais acertos. Integrar conhecimentos faz toda diferença. Todos ganham. Acredito que a AEPREMERJ vai fazer a diferença nos pequenos municípios pelo comprometimento da Luciane. Os pequenos sofrem muito com a taxa de administração, com a falta de condição em relação a qualificação. E como a nova diretoria da associação carioca quer ajudar nesse aspecto, acredito que a gestão será bastante profícua".

Luciane Rabha acompanhada do parceiro Nuno Cruz da Estoril Investimentos

Os parceiros/patrocinadores da AEPREMERJ também validam a nova diretoria. Para José França, da Privatiza, "O apoio à AEPREMERJ desde 2006, há 14 anos juntos, faz parte dos projetos da empresa, que tem no Rio uma base relevante de clientes. Como estamos em processo de terminar a questão que envolve a reforma da previdência, já que estados e municípios estão nessa construção, a AEPREMERJ precisa estar próxima dessa demanda desafiante, pois o cenário econômico e para investimentos é novo, muitos temas importantes estão aí na mesa e acredito que essa equipe dará resposta eficaz. Só colhemos o que plantamos, esperamos que essa equipe plante muitas sementes e que o Rio colha muitos frutos".

Para Nuno Cruz, da Estoril Investimentos (Genial Investimentos e Athena Capital), também parceiro da nova diretoria da Associação carioca, O Rio de Janeiro possui dezenas de RPPSs, daí a importância da AEPREMERJ. "Para nós da Estoril Investimentos, enquanto distribuidora e representante para o segmento de RPPS da GENIAL/PLURAL INVESTIMENTOS e da ATHENA Capital é muito importante apoiar essa instituição. É de suma importância elevar a AEPREMERJ ao patamar de uma grande associação, que agregue todos os RPPSs do nosso Estado e ganhe representatividade no contexto previdenciário do País, com proposituras e melhoras para a gestão de seus associados. Isso por si, já seria para a Estoril, o reconhecimento de uma parceria de sucesso. Acreditamos que a nova Gestão tem plena condição e bastante competência para aglutinar todos os RPPSs já formalizados do Estado e que ofereça aos seus associados mais Cursos de Conhecimento nas mais variadas áreas do segmento Previdenciário.

A Estoril/Plural investimentos mais uma vez deposita sua confiança em patrocinar a AEPREMEJ e deseja à nova Diretoria, uma gestão de sucesso e que consigam implantar a plataforma de campanha. Contem conosco", salienta Cruz ao afirmar que junto com a AEPREMERJ quer romper os desafios de 2020. "Nós da Estoril estamos nessa empreitada há 10 anos, atuando enquanto representantes da Genial / Plural Investimentos, e agregámos recentemente ao nosso portfólio mais uma gestora, a Athena Capital, para podermos oferecer aos RPPSs produtos cada vez mais alinhados com a evolução da Legislação e que atendam aos desafios que o Mercado Financeiro vem apresentando. O Cenário econômico com os juros no patamar histórico mais baixo de sempre, leva a uma obrigatória busca por ativos de renda variável, de forma a perseguir a meta atuarial que não é mais atingida com a Renda Fixa. Nós na Estoril, e através dos gestores que representamos, trazemos soluções extremamente eficientes para esta diversificação", pondera.

Confira alguns momentos da posse da nova diretoria da AEPREMERJ

Luciane Rabha acompanhada de Henrique e França da Privatiza

Luciane Rabha, Alessandra e conselheiros da AEPREMERJ

Luciane contou com o prestígio de amigos e profissionais do mercado como Keslley Romanelli do Itaú

Servidores públicos também prestigiaram a posse

Luciane Rabha em momento família pouco antes da posse com o esposo Manoel e o filho Gabriel

Luciane Rabha com a ex-presidenta Rosilaine Brum

Alessandra com o esposo Dalmo

Maurício Gallego, Alessandra, Luciane Rabha e Rogério Zico

Profissionais do mercado marcaram presença

Luciane está à frente da AEPREMERJ

Alessandra (vice-presidente da AEPREMERJ) com a mãe Emília e o filho Guilherme

A AEPREMERJ foi prestigiada

Márcio Apolinário

Revista RPPS do Brasil: Quais são seus principais projetos à frente desta importante Associação?

Márcio: Quando iniciei junto com os demais companheiros o projeto para composição de uma nova diretoria da APEPREV, procuramos buscar diálogo com os RPPSs e ver quais suas necessidades e questionamentos. E ao assumirmos buscamos colocar em prática as sugestões e buscar ideias juntos aos nossos RPPSs. Dessa forma estamos buscando formas de atendê-los, construindo parceiras e conquistando patrocinadores para que possamos continuar crescendo no meio. Começamos agora em 2020 uma parceria com o advogado e consultor previdenciário, Bruno Martins, que estará nos auxiliando para atender a demanda de dúvidas dos nossos associados.

O que significa para você ser presidente da APEPREV, uma entidade que estimula o fortalecimento da cultura previdenciária?

Para nossa diretoria é um orgulho muito grande estar à frente da APEPREV, uma associação reconhecida nacionalmente. Exemplo desse prestígio institucional foi o nosso 17º Congresso que teve a participação de 13 Estados. Isso nos enche de orgulho e nos dá mais ânimo para continuarmos trabalhando na disseminação da cultura previdenciária no Paraná e no Brasil.

Quais são suas principais dificuldades para cumprir seu propósito de gestão?

Quando você faz com amor aquilo que gosta não tem muita dificuldade. Temos uma equipe formada de maneira voluntariosa e sem escolhas de cargo, esse fato nos deu conforto e tranquilidade para escalar em qual tarefa fosse necessário. O comprometimento da equipe é fundamental para o sucesso da Associação. Se cada um faz sua parte, fica leve para todos. Esse é nosso princípio de trabalho. Nosso lema é: "a iniciativa e a transparência fazem a diferença".

Qual avaliação você faz do seu trabalho até então?

O trabalho tem sido um sucesso graças a Deus. Iniciamos nossa gestão frente a um congresso com poucos dias para ser organizado e foi um sucesso total, ultrapassamos 650 participantes; Depois realizamos workshops em Ibaiti, Porto Rico e Paranaguá, todos superaram nossas expectativas. Realizamos em 2020 o curso Comprev, para o qual as vagas foram preenchidas em 30 minutos após a divulgação. Fizemos workshop sobre a Pec que também ultrapassou 180 pessoas e por último o workshop "A Nova Previdência", dia 27 de janeiro, com mais de 550 participantes.

A APEPREV espera continuar este belo trabalho, cultivando essa sua maneira irreverente de ser, colocando os gestores para interagir com os palestrantes, trazendo para dentro do ambiente prefeitos, vereadores, jurídicos, RH dos entes e administração municipal, afinal, são todos interligados. Acredito que a APEPREV foi a única Associação que conseguiu reunir o maior número de prefeitos e vereadores em seus eventos. Graças a parceiras como Uvepar - Associação de Vereadores do Paraná e as associações regionais de prefeitos. Esperamos manter nossa parceria com Dr Bruno Martins através do pergunteaodrbruno@apeprev.com.br, além de esperarmos continuar contando com o grande estímulo dos nossos parceiros e patrocinadores, pois queremos fazer de 2020 um ano marcante para nós.

Nova Previdência

APEPREV realiza workshop sobre a Nova Previdência pra 500 pessoas

Anfitrião Márcio Apolinário durante a abertura do evento

Dias 27 e 28 de janeiro foi realizado, com maestria, pela APEPREV mais um evento grandioso. Desta vez, o Workshop Nova Previdência, inicialmente planejado para 150 pessoas, e ao final aconteceu para mais de 500 inscritos. Oferecido, de maneira gratuita, o evento contemplou a temática da reforma da previdência abordando aspectos como previdência complementar, auditoria dos RPPSs sob ótima do Tribunal de Contas do Paraná além dos aspectos da Nova Previdência como regulamentações e dispositivos de aplicação imediata.

O evento contou com a participação de várias autoridades envolvidas com as questões legais da previdência, dentre eles destacamos: Leonardo Rolim e Leonardo Motta da SPREV, Wilmar da Costa Júnior do TCE/PR.

Para João Carlos Figueiredo, presidente da ABIPEM, que apoiou a realização do Workshop, o evento foi muito especial para os RPPSs, já que a reforma da previdência está em discussão e precisa ser implantada nos estados e municípios. “Temos ainda a questão da responsabilidade previdenciária, muita coisa acontecendo ao mesmo tempo e isso exige a participação de todos os envolvidos, incluindo as Associações”.

João Figueiredo representou a ABIPEM

Leonardo Motta, da SPREV, que falou da aplicação imediata dos dispositivos, se disse satisfeito de poder participar do primeiro evento oficial em 2020 de uma Associação. “Esse será mais um ano de desafios quanto ao tema Previdência. A EC 103 aprovou novas regras para União, mas delegou aos Estados, DF e Municípios a competência para editarem normas que tratem da reforma da previdência em âmbito local, o que irá gerar debates políticos em cada uma das mais de 2100 Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas, então, a Secretaria de Previdência irá trabalhar nesse ano na orientação e nos esclarecimentos sobre as providências que podem ser adotadas pelos Estados e Municípios para adequação da legislação local. E foi isso que trouxemos aqui nesse workshop”, destaca Motta ao afirmar a posição de destaque da APEPREV em âmbito nacional. “A Apeprev é uma das maiores entidades estaduais e tem feito grandes eventos, participar como representante da Secretaria de Previdência é de extrema importância, para que possamos estar próximos dos RPPSs esclarecendo dúvidas, ouvindo as demandas e assim podemos trabalhar em conjunto pela sustentabilidade do Regime Próprio”.

Para Motta, o formato Workshop adotado pela APEPREV foi uma experiência muito interessante. “Estudar a EC 103, na forma de oficina, tem gerado resultados proveitosos, abordar cada tema da EC e possibilitar que os participantes tirem suas dúvidas no momento do estudo do artigo traz um resultado mais eficiente para todos, então, a programação do evento, possibilitou essa participação efetiva de todos”, comemora.

Leonardo Motta levou orientações da SPREV aos participantes

O resultado positivo do evento deixou feliz o presidente da APEPREV e toda diretoria. “Foi nosso primeiro evento e a expectativa inicial era termos máximo de 150 pessoas, quando abrimos a inscrição na primeira semana tivemos 200, não tínhamos a expectativa de um evento desse porte, ultrapassou 500 participantes. Não é congresso e nem seminário, foi um workshop com oficinas. O evento ficou com salas lotadas. Foi acima de todas as nossas expectativas. Começamos 2020 com sucesso absoluto, embora ser ano eleitoral, acreditamos que esse ano será de grande sucesso com a ajuda da nossa diretoria, todos imbuídos nesta construção de conhecimento”, destaca Márcio Apolinário ao acrescentar “estamos gratos demais pela oportunidade de estarmos à frente da APEPREV, agradecemos também aos que estão vindo se tornar associado, aos que acreditam nos nossos eventos participando ativamente e aos nossos patrocinadores por nos ajudarem a realizar nossas ações com maestria. Nosso agradecimento também à Revista RPPS do Brasil pela parceira, desde minha posse temos construído uma relação de companheirismo e a revista tem nos ajudado muito a difundir a cultura previdenciária no Brasil”.

O Workshop realizado em Curitiba mobilizou, além de servidores públicos, representantes de RPPSs, prefeitos e vereadores. A UVEPAR, a AMP e AMERIOS ajudaram convidando seus associados e o resultado foi esse grande sucesso.

Leonardo Rolim recebendo o carinho da APEPREV

Confira alguns momentos registrados do Workshop Nova Previdência da APEPREV

Aproveite a maestria da APEPREV em fazer encontros previdenciários. Visite o site da Associação e fique informado das novidades da entidade.

Autoridades no assunto RPPS, defensores da cultura previdenciária

Autoridades prestigiaram a APEPREV

Flávia, Wanger, Márcio, Moacir e Marcelo

Geraldo da Unileta, Áurea e Márcio

Henrique, Márcio, Daniel e Kesley

Inúmeros RPPSs participaram do Workshop

Leonardo Motta durante palestra

Leonardo Rolim abriu o evento com palestra magna

Maira com Marise, Luciano, Ciro e Paula

Maira, diretora da APEPREV recebeu homenagem

Mais de 500 participantes aproveitaram o primeiro evento da APEPREV

Marcelo, Márcio, Lauter, Lenir e Daiane

Márcio, Leonardo Motta, Leonardo Rolim, Majoly e João Figueiredo

Profissionais do mercado também prestigiaram a associação

Profissionais imbuídos da luta em prol do RPPS

Reginaldo, Adriana, Márcio e Cristian

Renato, Afonso, Roseli e Jaldir

Vanessa, Sandra, Ana Paula, Rubia, Camila e Elis

A APEPREV distribuiu agradecimentos na forma de troféu

As mudanças ocorridas no cálculo da pensão por morte após a emenda constitucional 103/19

1 – INTRODUÇÃO:

Sem sobra de dúvidas, a pensão por morte foi um dos benefícios que mais sofreu alterações com a Reforma da Previdência. Este benefício teve seus requisitos e, sobretudo, o critério de cálculo extremamente modificados em relação à regra anterior.

Além do cálculo propriamente dito, o tempo de duração da pensão por morte e das cotas individuais por dependente, o rol de dependentes e sua qualificação deverão agora observar o mesmo regramento estabelecido para o RGPS.

Com a nova sistemática de cálculo adotada, o valor dos proventos da pensão sofreu um real aviltamento, conforme passaremos a explicar abaixo.

2 – O CÁLCULO DA PENSÃO POR MORTE ANTES DA EMENDA CONSTITUCIONAL 103/19 (art. 40, §7º, I e II da CF/88):

Antes da reforma pagava-se a totalidade dos proventos ou da remuneração do servidor falecido, até o teto do RGPS, somado a 70% da parcela que excedesse a este teto. O que mudava era a base de cálculo: se o servidor falecido já fosse aposentado na data do óbito, os percentuais recaíam sobre o valor dos proventos já calculados. Se o servidor falecido ainda estivesse em atividade na data do óbito, os percentuais recaíam sobre o valor de sua última remuneração.

CASE: Servidor público federal aposentado com proventos de R$ 10.000,00, falece deixando esposa e 4 filhos menores de 21 anos.

Cálculo

1º passo: R$ 10.000,00 – R$ 5.839,45 = R$ 4.160,55

2º passo: R$ 4.160,55 x 70% = R$ 2.912,38

3º passo: R$ 5.839,45 + R$ 2.912,38 = R$ 8.751,83

4º passo: R$ 8.751,83/5 = R$ 1.750,36 para cada dependente.

No case acima, à medida em que cada filho menor de 21 anos perdia a qualidade de dependente por alcançar a maioridade previdenciária, a sua cota parte revertia paulatinamente aos demais, até que o cônjuge sobrevivente restasse com 100% do valor da pensão, no caso, R$ 8.751,83.

3 – O CÁLCULO DA PENSÃO POR MORTE APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL 103/19 (art. 23 da Emenda Constitucional 103/19):

Após a reforma passa-se a pagar 50% de cota familiar, somado a 10% de cota por dependente. O que muda é a base de cálculo: se o servidor falecido já for aposentado na data do óbito, as cotas recaem sobre o valor dos proventos já calculados. Se o servidor falecido estiver ainda em atividade, as cotas recaem sobre o valor da aposentadoria a que ele teria direito caso fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito.

CASE: Servidor público federal aposentado com proventos de R$ 10.000,00, falece deixando esposa e 4 filhos menores de 21 anos.

Cálculo:

1º passo: R$ 10.000,00 x 50% de cota familiar = R$ 5.000,00

2º passo: 10% x 5 cotas por dependente = 50%

3º passo: 50% de cotas por dependente x R$ 10.000,00 = R$ 5.000,00

4º passo: R$ 5.000,00 + R$ 5.000,00 = R$ 10.000,00

5º passo: R$ 10.000,00/5 = R$ 2.000,00 para cada dependente

No case acima, à medida em que cada filho menor de 21 anos perder a qualidade de dependente por alcançar a maioridade previdenciária, a cota por dependente não mais reverterá aos demais, pois, segundo a nova regra, as cotas por dependente cessarão com a perda dessa qualidade e não mais serão reversíveis aos demais dependentes.

Desta forma, após a reforma, na medida em que cada filho menor alcançar a idade de 21 anos, suas cotas de 10% cessarão paulatinamente, até que sobre apenas o cônjuge sobrevivente com sua cota de 10% que, somada à cota familiar de 50%, resultará numa cota final de 60%. Desta forma, 60% x R$ 10.000,00 = R$ 6.000,00, que será o valor final da pensão do cônjuge.

4 - CONCLUSÃO:

Na regra anterior, a pensão final do cônjuge seria no valor de R$ 8.751,83. Na regra atual, a pensão final do cônjuge será no valor de R$ 6.000,00.

Anteriormente, mesmo com a presença de vários dependentes, na medida em que cada um perdia o direito à pensão, sua cota revertia aos demais até que o último dependente herdasse 100% do valor do benefício calculado. Já na sistemática trazida na reforma, o dependente que restar, após a exclusão dos demais, ficará apenas com 60% do valor da pensão calculada.

É de fácil conclusão, portanto, que a nova sistemática de cálculo da pensão por morte objetiva reduzir o valor final do benefício quando a comparamos com o critério de cálculo revogado. A reforma veio enxugar as despesas que o RPPS possui com o pagamento de benefícios. O aviltamento da pensão é evidente.

ALEX SANDRO LIAL SERTÃO é formado em Direito pela Universidade Federal do Pará. É especialista em Direito Público pelo Centro de Ensino Unificado de Teresina. Foi Assessor Jurídico na Procuradoria Geral da República, em Brasília. Atualmente é Auditor de Controle Externo do TCE/PI, onde ocupa o cargo de Diretor da Diretoria de Fiscalização de Atos de Pessoal. É Conselheiro membro do Conselho do Regime Próprio de Previdência do Estado do Piauí. É Coordenador do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário no Estado do Piauí, é professor da Pós-Graduação em RPPS. Ministra cursos sobre Regimes Próprios de Previdência Social por todo país e é autor de diversos artigos que tratam da aposentadoria do servidor público, com publicação em sites, periódicos e revistas jurídicas de circulação nacional.

Como lidar com o conflito de interesses e instituir boas práticas de governança nos RPPSs

No ambiente das unidades gestoras de RPPSs é quase inevitável que os profissionais tenham de lidar diariamente com situações envolvendo conflito de interesses. Mesmo em uma conversa despretensiosa, as pessoas podem compartilhar informações que de alguma forma pode prejudicar as estratégias a serem adotadas e comprometer a sustentabilidade dos RPPSs.

O conceito já está definido em Lei. Conflito de interesses "é uma situação gerada pelo confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública" (art. 3º da Lei nº 12.813/2013). Na prática, o conflito de interesses acontece quando ao desempenhar suas atividades no RPPS o profissional identifica que possui interesse pessoal em determinada negociação que é contrária aos interesses do seu regime próprio. Neste caso, é preciso buscar mecanismos para que esse conflito seja reduzido ou potencializado, caso contrário, o profissional não deve fazer parte desta negociação ou deixar a sua atividade nos RPPSs.

Por exemplo, o superintendente de uma unidade gestora não se sente confortável em cobrar as contribuições patronais atrasadas junto à prefeitura porque tem uma relação de amizade há anos com o prefeito e não se sente à vontade em pressionar o amigo, que já está enfrentando dificuldades com o caixa da prefeitura. É uma situação grave porque a falta de ação do superintendente prejudica o processo de capitalização dos RPPSs e compromete toda uma classe de servidores municipais que depende da boa gestão desses recursos para que seus benefícios previdenciários sejam pagos tempestivamente.

Outro exemplo é quando um membro do conselho fiscal é presenteado com viagens para participar de congressos de RPPSs financiados pela sua consultoria de investimentos. Mesmo com a melhor das intenções – afinal é importante que os membros do conselho fiscal estejam atualizados – essa proximidade pode tirar a liberdade desse conselheiro em confrontar sua consultoria pelas decisões tomadas. Como diria o economista monetarista Milton Friedman, There ain't/is no such thing as a free lunch (não existe essa coisa de almoço grátis), ou seja, no mundo dos negócios é impossível conseguir algo sem dar nada em troca.

Os próprios servidores segurados dos RPPSs podem incorrer em situações envolvendo conflito de interesses. Por exemplo, ao acionar seus sindicatos para que não haja aumento da alíquota de contribuição previdenciária - embasada em um estudo atuarial que indica a necessidade do aumento para manter o equilíbrio atuarial e financeiro da massa de segurados, esses servidores estão comprometendo a sustentabilidade das suas próprias aposentadorias.

Estudos recentes já derrubam a tese de que o enfrentamento de conflito de interesses parte do pressuposto de que os envolvidos agem de maneira racional. É possível que mediante o conflito instalado, o próprio profissional se muna de evidências e documentos para justificar as decisões tomadas e se convença de que a situação de conflito não está instalada. Neste caso, é importante que os colegas que trabalham com esse profissional façam o alerta ou leve a sua inquietação aos canais competentes. A omissão também é uma situação de conflito de interesses (você sabe que o colega está errado, mas não quer se indispor com esse profissional porque já é seu amigo ou porque não quer "arrumar confusão" para o seu lado).

Do ponto de visa jurídico, o Código Civil traz que "Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito" (art. 3º), que "O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos" (art. 3º, § 2º) e que "A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial". (art. 3º, § 3º).

Dependendo da gravidade dos atos em que a situação de conflito de interesses der causa, a mesma pode ser enquadrada como um ato de improbidade, onde qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinqüenta por cento do patrimônio ou da receita anual. Além das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, o responsável pelo ato de improbidade ainda está sujeito, entre outros, ao ressarcimento integral dos danos, a suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos e multa civil de até três vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido.

Como se pode observar, às vezes nem nós mesmos percebemos que estamos comprometendo o interesse dos RPPSs ou influenciando de maneira imprópria as decisões que estão sendo tomadas. Para ajudar os segurados e profissionais envolvidos na gestão dos Regimes Próprios, neste ano de 2020 propomos trazer essa discussão de Como lidar com o conflito de interesses e instituir boas práticas de governança nos RPPSs. Além desta, traremos mais cinco edições que vão desde as questões conceituais até a criação de mecanismos de proteção contra conflito de interesses.

Edições

Todos os leitores da revista estão convidados a enviar dúvidas, comentários e colaborar com o tema que será abordado na edição seguinte, enviando suas sugestões para o email: diana_lima@unb.br. Conheça o conteúdo das próximas edições:

Parte 2	Em que situações o conflito de interesses afeta a gestão dos RPPSs.
Parte 3	Conflito de interesses nos RPPSs: ética e integridade.
Parte 4	Conflito de interesses nos RPPSs: como se prevenir.
Parte 5	Conflito de interesses nos RPPSs: punições previstas.
Parte 6	Conflito de interesses nos RPPSs: diretrizes para a instituição de políticas.

Contamos com a participação de todos, desejando uma boa gestão e muitas conquistas em 2020. Até a nossa próxima edição!

Diana Vaz de Lima é contadora, mestre em administração e doutora em ciências contábeis, com programa de pós-doutorado concluído em governança de RPPSs. É professora de contabilidade do setor previdenciário da Universidade de Brasília, e coautora do livro "A Contabilidade na Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social", publicado pela editora Atlas.

GOVERNANÇA REFERÊNCIA

A revista RPPS do Brasil destaca bons exemplos de gestão, dignos de serem reverenciados!

Quando decidimos produzir este editorial sobre Gestão fomos estimulados pela alegria das equipes que receberam, no Congresso da ANEPREM, realizado no final de 2019, o "Oscar da Previdência", o Prêmio Boas Práticas de Gestão.

Afinal, o trabalho árduo diário dentro dos Institutos, feito por gente imbuída de fortalecer a previdência do servidor público, deve e merece palmas. As inúmeras dificuldades, vindas dos mais diversos setores, são como vitaminas que dão vigor e poder de ação, ação que transforma as adversidades em resultados dignos de ser exemplo pro País todo. Nas próximas páginas você vai se inspirar! Ótima leitura, parabéns à ANEPREM pelo estímulo à melhoria da governança, e nossas felicitações aos RPPSs que buscam a cada dia serem melhores.

ANEPREM amplia estímulo à melhoria da governança

Herickson Rangel fala do quão é importante o "Oscar da Previdência" para balizar a melhoria da gestão nos RPPSs brasileiros

1º lugar - Instituto de Vitória-ES

Idealizado pela ANEPREM há 10 anos, o Prêmio Boas Práticas de Gestão Previdenciária chancela a qualidade de gestão do RPPS. Na edição de 2019 a novidade ficou por conta do premiação por iniciativas inovadoras. "Para destacar as práticas inovadoras que proporcionaram benefícios para o RPPS, para o segurado ou para a sociedade, decidimos instituir uma subdivisão dentro do Boas Práticas, em separado das demais práticas de governança. Assim criamos a modalidade Inovação", destaca Herickson Rangel, coordenador do Prêmio.

Os critérios de avaliação foram: inovação, relevância, sustentabilidade e resultados obtidos. Inicialmente, a Comissão Julgadora analisou os 16 projetos inscritos. Destes, 6 foram previamente selecionados e convidados para apresentar em plenária durante o 18º Congresso Nacional de Previdência da ANEPREM.

Segundo Rangel, a ANEPREM inovou ao abrir para o público participante da plenária, a liberdade de atribuir notas para os projetos apresentados pelas equipes dos RPPSs.

Conheça aqui as ideias inovadoras apresentadas no Congresso:

• Ampliação e reforma do Instituto de Cabedelo – PB: a nova sede foi construída com base no projeto de construção sustentável, quando aplica o uso racional da água; possui eficiência energética; proporciona redução, reutilização e reciclagem de materiais e recursos; dispõe de qualidade dos ambientes internos da edificação; espaço sustentável; inovação e tecnologia nas instalações;

• O RPPS de Guarujá-SP apresentou boletim 2.0, no qual todas as informações referente à rotina do Instituto estão disponíveis digitalmente, facilitando o acesso a todos os segurados, já que tudo é mostrado em tempo real;

• Lucas do Rio Verde-MT mostrou que o processo de votação para os conselhos pode ser mais prático e feito via internet.

Registro dos Institutos que apresentaram ideias inovadoras

O Instituto implantou o sistema on voto para ganhar agilidade nas votações;

• Manausprevidência-AM, visando valorizar o futuro , apresentou o projeto "Pensando o Futuro", que possibilitou realizar um trabalho de preparação para essa nova fase da vida dos jovens pensionistas, aqueles com até 18 anos que recebem pensão por morte, já que aos 18 anos cessa o benefício, buscando o encaminhamento para o mercado de trabalho;

• Ubatuba-SP preocupado com a rotina após a aposentadoria dos servidores criou o programa Pós-Aposentadoria, através do qual são ofertadas várias atividades para a integração dos servidores;

• Vitória-ES adotou a virtualização dos processos administrativos, um projeto focado na agilidade, simplificação e transparência dos processos administrativos, além de reduzir significativamente a emissão de papel.

Após apuração das notas atribuídas pelos participantes, chegou-se a seguinte classificação final:

1º lugar - Instituto de Vitória-ES

2º lugar - Manaus Previdência-AM

3º lugar - Instituto de Ubatuba-SP

"O Prêmio ANEPREM de Boas Práticas de Gestão representa, assim como o Programa de certificação – PRO-GESTÃO, importantes instrumentos de fomento da Gestão dos RPPSs, uma vez que proporcionam o aprimoramento da Gestão e incentiva, a cada ano, a busca pela inovação, modernização e profissionalização da gestão pública", finalizou Rangel.

O Instituto de Manaus/AM ficou com o 2º lugar

O Instituto de Ubatuba/SP ficou com o 3º lugar

NAVIRAIPREV É RECONHECIDO POR TER GESTÃO COMPROMETIDA

Registro do Oscar da Previdência para NaviraíPrev

Moisés Bento é o responsável pela gestão no RPPS

Localizado no belo Mato Grosso do Sul, de ocupação indígena e fundado por brasileiros e japoneses, Naviraí se tornou um município pomposo e responsável para com a previdência do servidor público.

Criada em 10 de novembro de 1993, pelo então prefeito João Nelsi Lukenczuk, através da lei nº. 691/1993, a previdência dos servidores públicos do município de Naviraí/MS, denominada na época Funprev, em 2012 passou a se chamar Naviraiprev (lei 1629/2012), teve como primeiro presidente, João Marques da Silva na época vereador, hoje empresário do ramo imobiliário, que deixou o cargo, a pedido, em 02/04/1996, assumindo a direção do fundo de previdência, Valter de Castro Palma, servidor público municipal, no período de 02/04/1996 a 28/05/1996 – hoje aposentado dessa previdência. Em 28/05/1996, o professor Francisco Antônio de Aquino assumiu a presidência do instituto, passando por diversas reeleições até 30/05/2014, data em que veio a falecer. Assim, assumiu a diretoria provisória por 90 dias, o servidor Adilson Nunes jardim, (31/05/2014 a 29/08/2014), e hoje faz parte da diretoria executiva como diretor de benefícios. Em 29/08/2014 assume a direção da Naviraiprev, Moisés Bento da Silva Júnior, servidor público municipal desde março de 1993, hoje efetivo no cargo de fiscal de tributos, reeleito em 02/06/2016 para o mandato da gestão atual – 2016/2020.

A previdência, deste sua criação, atendeu na Av. Weimar Gonçalves Torres, 10; em 02 de março de 2004, o município, na gestão do prefeito Euclides Antônio Fabris, através da lei 1138/2004, doou ao Funprev o terreno para construção da sede própria inaugurada em 03 de junho de 2005.

Registro da dedicada equipe do NaviraíPrev

No Boas Práticas de Gestão, NaviraíPrev atingiu 52 pontos de um total de 72 estabelecido no edital do concurso, na categoria médio porte.

A sede do Instituto é confortável e adequada

Naviraíprev obteve de rentabilidade na carteira em 2019, 17,54%, quando a meta exigia 10,54%. Nos últimos três anos a carteira conseguiu de rentabilidade, 46,60%, enquanto a meta atuarial era que rentabilizasse no mínimo 32,62%. Nossa gratidão a toda direção, conselhos e comitê envolvidos. Hoje nosso PL supera os 200 milhões de reais.

Em 23 de fevereiro de 2018, foi reinaugurada a sede de 257,98m² com espaço adequado a atender as normas legais de acessibilidade e segurança.

Preocupada com a preservação de dados do RPPS, a Naviraiprev modernizou o sistema de informatização e banco de dados dos servidores, comprometendo-se com as informações e com a transparência, zelo pelo patrimônio público e garantia de um benefício futuro aos assegurados, sendo esse o compromisso número 1 desta gestão.

E todo cuidado com a gestão diária do Regime Próprio deu resultado. No final de 2019, a Naviraiprev conquistou o prêmio nacional de Boas Práticas de Gestão, na modalidade governança, conferido pela ANEPREM. "Naviraí foi o primeiro de Mato Grosso do Sul a fazer a adesão à certificação e, consequentemente, o primeiro a obter a mesma, o que foi uma grande conquista para o nosso RPPS, pois além do destaque conferido à nossa Previdência, demos um salto na qualidade nos serviços prestados e ações realizadas. Estar certificado no sistema Pró-Gestão significa estar em conformidade com os mais altos padrões de transparência, agilidade e eficiência, o que a Naviraiprev e sua equipe de conselheiros vêm buscando melhorar a cada dia", comemora o gestor Moisés Bento da Silva Júnior ao contar como foi construída a certificação. "Inicialmente foi tomado conhecimento acerca do sistema e do processo de certificação. Logo após, foi assinado o Termo de Adesão entre o RPPS e a Prefeitura Municipal. Em seguida, foi realizado processo licitatório para a contratação de empresa especializada em auditar e emitir a certificação. Após a pré-auditoria, em cujo relatório foram apontados os pontos a serem corrigidos ou implantados, e a auditoria propriamente dita, foi emitido o certificado do Pró-Gestão para a Naviraiprev", pondera o gestor ao afirmar que "Pelo fato da Naviraiprev ter uma gestão ativa e uma diretoria, conselhos e comitê de investimentos sempre preocupados em estar em conformidade com a legislação, e em prestar serviços com a melhor qualidade, não foram muitas as dificuldades encontradas para obter a certificação. Alguns aspectos foram apontados na pré-auditoria, que prontamente foram adequados pela equipe administrativa e implantados, a fim do cumprimento das obrigatoriedades do Nível I da certificação".

CERTIFICADO

PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ - MS - NAVIRAIPREV

PRÓ-GESTÃO RPPS

Nível I

SPREV Pró-Gestão

O RPPS é dinâmico e esta sempre realizando ações

VIÇOSA-PREV TEM PRÁTICAS DE GESTÃO RECONHECIDAS

Registro do Prêmio de Boas Práticas de Gestão

Localizado na Serra da Ibiapaba e inicialmente habitada por índios Tabajaras, Viçosa do Ceará se destaca por ter um RPPS com governança premiada. Criado em 22 de outubro de 2007, através da Lei Municipal nº 489/2007, por iniciativa do poder executivo municipal, representado na oportunidade pelo prefeito José Firmino de Arruda, grande idealizador da Instituição do RPPS do Município, cognominado VIÇOSA-PREV, o Instituto vem fazendo história.

Com a missão de arrecadar e administrar os recursos financeiros advindos das contribuições previdenciárias; conceder e garantir aos segurados e a seus dependentes os benefícios previdenciários de aposentadoria e pensão, buscando sempre o equilíbrio financeiro e atuarial, o Instituto conta em sua estrutura administrativa com um Conselho Municipal de Previdência Social, um Comitê de Investimentos e uma Diretoria Executiva, todos imbuídos de fazer uma gestão eficaz.

Com patrimônio atual de: R$ 99.312.207,88 (Dezembro/2019), aplicados assim: R$ 59.573.841,11 no Banco do Brasil, R$ 21.225.495,95 na Caixa Econômica Federal e R$ 18.512.870,16 junto ao Banco do Nordeste, e com 2.071 servidores ativos filiados ao Regime Próprio, possui 134 servidores aposentados e 27 pensionistas, o que gera uma folha de pagamento de benefícios no valor de R$ 193.715,13.

E todo esforço da atual diretoria para ter uma gestão efi-

caz tem valido a pena. Viçosa-Prev é um dos RPPSs condecorados com o "Oscar da Previdência", o Prêmio Boas Práticas de Gestão oferecido pela ANEPREM no final de 2019. "A premiação é o resultado do que realizamos de forma coletiva no nosso dia a dia, ou seja, acima de tudo é o reconhecimento pelo esforço do nosso trabalho em equipe. É a certeza que estamos no caminho certo; de que nossa equipe está trabalhando com o máximo de empenho e profissionalismo, sempre em busca da excelência na gestão previdenciária", salienta o diretor executivo José Elias Silva de Oliveira ao afirmar que até levantar o troféu houve muito trabalho. "A Diretoria primeiramente se preocupou no planejamento das ações e a partir daí dividiu as atividades por área de forma bem definida, partindo do princípio de que nossa gestão é aprimorada principalmente no controle dos ativos e passivos previdenciários, e de uma maior transparência possível no relacionamento com os segurados e a sociedade".

O ditado de que "quem planta colhe" cabe muito bem ao Viçosa-Prev. "Diante do nosso histórico exitoso de boas práticas de gestão previdenciária, praticamente não tivemos dificuldades em nos adequar aos critérios exigidos. É uma construção que hoje é solidificada com trabalho árduo, profissionalismo e empenho da nossa equipe que trabalha sempre em busca das adequações às exigências legais", comemora Oliveira.

> O RPPS cearense atingiu 48 pontos, na categoria pequeno porte, de um total de 72 dentro dos critérios do Boas Práticas que precisavam ser cumpridos.

Gestor José Elias comprometido com a governança

O instituto conta com sede bem estruturada

Registramos a equipe de Viçosa-Prev

Os aposentandos recebem atenção especial

PREVILUCAS comemora gestão eficaz

Registramos a alegria da equipe Previlucas sendo premiada

O Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Lucas do Rio Verde – MT "PREVILUCAS", é uma autarquia dotada de autonomia administrativa, patrimonial e financeira, a qual tem como objetivo prestar serviços de natureza previdenciária a modo de garantir aos seus segurados e dependentes os benefícios que lhe são de direito.

O PREVILUCAS foi criado em 04 de dezembro de 1990 por meio da Lei municipal nº. 109/90 e atualmente é regido pela Lei Municipal de Reestruturação nº. 2.697 de 16 de outubro de 2017. São vários os benefícios assegurados aos servidores, entre eles estão: A aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria compulsória, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade e pensão por morte.

Aproximadamente 1.534 servidores municipais do quadro efetivo do Executivo, Legislativo e Autarquias são beneficiados. A organização administrativa é independente e conduzida pelos próprios segurados que administram os seus direitos previdenciários em conjunto com o Poder Executivo e Legislativo, com-

Juliana é a responsável por manter a equipe eficaz

Essa equipe tem motivação e ação

Comemoração dia do aposentado

Reunião de Conselhos

O RPPS de Lucas do Rio Verde funciona no Paço Municipal

posta pelo diretor executivo, comitê de investimentos, conselho curador, conselho fiscal e de julgamento de recursos.

Para custear os benefícios que são de direito aos segurados, os servidores contribuem mensalmente com alíquota de 11%, sobre o salário base e o ATS (Adicional por Tempo de Serviço), e a contribuição patronal: Prefeitura, Câmara e Autarquias, definida anualmente mediante reavaliação atuarial. Tem também como fonte de recurso rendas de rentabilidades da carteira de investimentos aplicados nas instituições financeiras.

O Previlucas conta com uma equipe dinâmica de servidores capacitados em previdência, os quais gerenciam seus próprios recursos, investindo nas melhores carteiras de investimentos existentes no mercado visando o crescimento do patrimônio do instituto adotando critérios mais rígidos na seleção de modalidades de investimentos por meio de uma gerência exclusiva interna para tratar de investimentos e análise do mercado. “Realizamos permanentemente capacitações nos setores aos quais os segurados são vinculados, com o objetivo principal de esclarecer os mesmos sobre seus direitos e deveres previdenciários e a aproximação da previdência aos segurados, bem como a capacitação da equipe gestora do Previlucas, dos conselheiros e comitê de investimentos, para uma melhor gestão dos recursos”, destaca Juliana Tirloni Pinto – diretora executiva do Previlucas. Contamos também com assessorias que nos auxiliam na tomada de decisão.

Com a visão de ser referência na gestão e prestação de serviços previdenciários, garantindo com isso a sustentabilidade do Instituto Previdenciário, bem como pleno atendimento dos segurados e seus dependentes concedendo benefícios temporários e permanentes caso haja perda da capacidade de trabalho do servidor e aos dependentes do segurado a manutenção da renda de sua família quando ele vier a faltar, seja por falecimento ou ausência declarada pela Justiça, e com a missão de proporcionar aos segurados um Instituto de Previdência sólido, garantindo a concessão e a manutenção dos benefícios previdenciários, comprometendo-se com a valorização, bem estar e dignidade dos servidores efetivos do município de Lucas do Rio Verde e seus dependentes, o RPPS tem se mostrado forte quando o assunto é gestão.

Localizado no Paço Municipal, em 1997 o valor do Patrimônio era de R$ 480.541,07 e em 2019 o saldo é de R$ 167.972.269,05. Com repasses em dia por parte da Prefeitura, há 19 anos o PREVILUCAS mantém o certificado de regularidade previdenciária (CRP) válido.

E todo zelo para com a eficácia da gestão faz do Instituto um campeão em prêmio. Pela segunda vez consecutiva o 1º colocado no Prêmio Boas Práticas de Gestão da ANEPREM, a premiação mostra o quanto o PREVILUCAS tem amadurecido na gestão previdenciária; “Sentimos orgulho em fazer parte da seleção de premiados. Essa conquista aumenta o prestígio do nosso RPPS para com seu segurado. O prêmio vem reafirmar a qualidade do serviço prestado pelo Instituto há 30 anos”, pondera a diretora.

A gestora explica que dia a dia é construída a gestão, hoje premiada. “Com o amadurecimento da gestão foi possível aprimorarmos nosso planejamento. Traçamos a meta de manter durante o ano de 2019 o 1º lugar no Prêmio ANEPREM e deu certo. Houve engajamento de todos os servidores nesta conquista, no desenvolvimento e execução dos projetos e ações, o que mostra que realmente a união faz a diferença”.

Juliana afirma que houve necessidade de aprimorar o Planejamento, fazer o monitoramento das ações a fim de atingir os resultados com o objetivo de manter a premiação da ANEPREM, bem como mudança de nível do programa Pró-Gestão RPPS. “Obtivemos o nível II em janeiro de 2020, fatos que ajudaram positivamente na melhoria dos processos administrativos e consequentemente contribuiu para atender os objetivos traçados”, comemora ao afirmar que dos 72 pontos totais do concurso da ANEPREM, Lucas do Rio Verde faturou 62.

Previlucas em 2015 conquistou o 3º lugar no Prêmio Boas Práticas de Gestão, em 2016 e 2017 ficou com a 2ª colocação, e em 2018 e 2019 foi o grande campeão, sendo um exemplo pra todo o país.

Aracruz coleciona troféu de Boas Práticas de Gestão

Registro do Oscar da Previdência ofertado pela ANEPREM

A bela capixaba Aracruz é rica quando o assunto é natureza e Regime Próprio. Localizada no litoral norte do Espírito Santo, o município cuja história remonta de quando jesuítas iniciaram aldeias a fim de catequizar os primeiros moradores, tem uma paisagem natural linda e que atrai muitos olhares. Com fortes influências italianas, Aracruz também é vitrine no que diz respeito ao comprometimento com a governança da previdência do servidor público municipal.

O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Aracruz, anteriormente denominado Instituto de Assistência Luiz Teodoro Musso iniciou a gestão previdenciária com a Lei nº 1.494 de 09/07/1991. Já a Lei nº 2.342 de 12 de fevereiro de 2001 fez com que o Instituto Luiz Teodoro Musso passasse a denominar IPASMA- Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores de Aracruz, sendo reestruturado pela Lei nº 3.297, de 09 de Abril de 2010.

O RPPS capixaba está organizado sob a forma de autarquia com personalidade jurídica própria, autonomia administrativa, financeira e patrimonial tendo como finalidade administrar os Fundos Previdenciários e garantir aos servidores públicos, bem como aos seus dependentes, dos Poderes Executivo, Legislativo, inclusive suas Autarquias e Fundações, prestações de serviços de natureza previdenciária, no tocante a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios de aposentadoria e pensão aos seus segurados vinculados ao RPPS.

De acordo com os dados obtidos em 31/12/2019 o IPASMA garante a seguridade a 4.125 segurados distribuídos em Ativos, Inativos e Pensionistas da Prefeitura Municipal de Aracruz, SAAE –Serviço Autônomo de Água e Esgoto, e Câmara Municipal de Aracruz.

Dirigido por uma equipe dedicada e preocupada com a governança, o IPASMA, através da pontuação obtida na 9ª Edição do Prêmio de Boas Práticas oferecido pela ANEPREM, buscou estabelecer metas que pudessem refletir nas boas práticas de gestão, de forma a garantir a visão do Instituto, o qual tem por diretrizes: Satisfação na prestação de serviços aos seus clientes; Boas práticas de gestão de ativos e passivos; Governança, transparência e conformidade na gestão.

E o esforço deu certo, na edição 10ª edição do concurso que mostra para o Brasil os melhores exemplos de governança, o IPASMA obteve 56 pontos de um total de 72, ficando com o 5º lugar na categoria médio porte. “Nossas conquistas estão diretamente ligadas ao trabalho e cooperação de toda a equipe, além de nos dar estímulo para seguirmos trabalhando e servindo de parâmetro para fazermos uma avaliação constante, nos aprimorando, principalmente aos segurados e demais segmentos da sociedade que acompanham as ações dos órgãos públicos”, destaca a equipe responsável pela gestão do RPPS ao frisar que “a missão do IPASMA é prestar serviços com excelência no atendimento, credibilidade, respeito e responsabilidade social, com administração transparente e eficaz do patrimônio, para o cumprimento das obrigações previdenciárias atuais e futuras e contribuir para a gestão fiscal responsável do município”.

E no que depender dessa equipe dedicada a superar diariamente os desafios de fazer uma gestão eficaz, outros troféus serão expostos em local de honra no Instituto.

MESSIASPREV tem mais um troféu de boa governança na coleção

Presidente Juliana Omena - MESSIAS PREV

MESSIASPREV recebendo o Boas Práticas de Gestão, representado pelo prefeito Luís Emílio, pela presidente Juliana Omena e servidores

Prefeito Luís Emílio e a Presidente Juliana Omena

Destaque na gestão previdenciária no país, o Instituto MESSIASPREV recebe o Prêmio Boas Práticas de Gestão da ANEPREM com o sentimento de dever cumprido. "Vemos grande importância em receber a honraria, pois indica que estamos no caminho certo e que devemos manter a gestão transparente, ética, com equidade e com responsabilidade, que são os pilares que orientam nossa diretoria. Além disso, a premiação passa para os segurados do RPPS a informação de que estamos cuidando de seu futuro da melhor maneira possível, lhes dando maior segurança", salienta a diretora presidente Juliana Omena.

A presidente conta que no dia a dia é feita uma gestão eficaz e que sempre aproveita o trabalho para participar da disputa propiciada pela ANEPREM através do Prêmio Boas Práticas de Gestão. "A premiação é uma consequência do nosso dia a dia, buscamos adotar como condutas rotineiras tudo que a ANEPREM entende como uma boa prática, pois sabemos que as condutas exigidas no Edital foram objetos de estudos para uma melhor gestão do RPPS", pontua.

A principal dificuldade, segundo Omena, que dirige um RPPS de pequeno porte, é o fato de contar com apenas três servidores dedicados exclusivamente ao MESSIASPREV. "Esse é um desafio, pois temos que cumprir tudo o que é exigido e isso nos obriga a realizarmos ao mesmo tempo diversas atividades, por esse motivo, estamos sempre nos capacitando e buscando novos conhecimentos. Por exemplo, temos enviado os demonstrativos à Secretaria da Previdência sempre no prazo exigido, o que tem nos garantido a obtenção do CRP administrativo", comemora.

O Instituto de Messias/AL foi criado pela Lei Municipal nº 140/2011, de 22 de Dezembro de 2011, tendo por objetivo assegurar ao servidor municipal aposentadoria, cobertura nos eventos de invalidez, doença, reclusão, morte e proteção à maternidade e à família. Atualmente o RPPS é composto por uma Diretoria Executiva, composta apenas por segurados do RPPS, tendo como Diretora Presidente a servidora Juliana Brandão Omena de Carvalho e como Diretora Financeira a Profª. Maria José Bezerra de Omena. Além disso conta com um atuante Conselho, que é presidido pelo servidor Melquizedeque Santos e, por um eficiente Comitê de Investimentos que é capitaneado pela servidora Maria Rosimeire Lopes Melo.

MESSIASPREV atingiu 52 pontos de um total de 72.

PREVICÁCERES no Mato Grosso tem gestão eficaz

Luana é a responsável pelo comando da entidade

O Instituto PREVICÁCERES, localizado no Mato Grosso, comemora importantes resultados de gestão previdenciária em 2019, eis que não só conquistou a certificação PRÓ-GESTÃO, mas também reorganizou o plano previdenciário com a publicação da Lei Complementar de nº. 143/2019, superou meta atuarial com rentabilidade superior de 19% de retorno na carteira de investimentos, renovou seus órgãos de conselhos curadores, bem como manteve recolhimento previdenciário tempestivo dos órgãos patrocinadores.

Os resultados apresentados no ano são frutos de uma gestão de diálogo com o Poder Legislativo, Segurados, além do Poder Executivo que vem contribuindo sobremaneira com a independência na gestão previdenciária municipal e, de igual maneira, age de forma técnica e comprometida com a previdência dos servidores públicos.

Nesse contexto, a direção do PREVICÁCERES, realizada pela jovem e defensora do fortalecimento do RPPS brasileiro, Luana Ortega, foi eleita Presidente da APREMAT, assim como continua na Vice-Presidência Região Centro Oeste da ABIPEM, espaços de importantes discussões do segmento previdenciário.

Para selar o ano de 2019, plenário do Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social - CONAPREV, durante a 67ª Reunião Ordinária, realizada na cidade de Recife/PE, no dia 28 de novembro de 2019, elegeu os novos representantes dos RPPSs dos Municípios no referido colegiado, dentre eles, o de Cáceres-MT.

Luana, diretora executiva do PREVICÁCERES, comemora os resultados com sua equipe de trabalho e membros dos conselhos curadores, e ao mesmo passo, manifesta sua preocupação frente aos desafios de discutir importantes regulamentações aos RPPSs a partir da EC nº. 103/2019. Por fim, se diz preparada para contribuir com o segmento de gestão previdenciária.

CURTAS

Confira novidades que acontecem pelos RPPSs brasileiros. Este espaço é para nossos ASSINANTES. Participe enviando suas notícias pelo **e-mail: contato@revistarppsdobrasil.com.br**

A equipe – representada pela diretora Léa Praxedes (foto) - do Instituto de Cabedelo/PB é só alegria. O projeto de ampliação e reforma do prédio do RPPS ofereceu conforto aos beneficiários. Além da reforma em si, que trouxe melhoria para o atendimento, a nova estrutura foi construída com bases na sustentabilidade do ponto de vista social, financeiro, econômico e tecnológico o qual passou a garantir acesso aos usuários com mobilidade reduzida ou com algum tipo de deficiência. A sede tinha 446,60m², com a ampliação de 853,00m² passou a ter área total de 1.299,60m².

O SEPREV Indaiatuba completou 27 anos em 5 de fevereiro com muitas razões para comemorar. A soma dos recursos financeiros (R$ 1.353 bilhão) e recursos imobiliários (R$ 160 milhões) totaliza um patrimônio de R$ 1.513 bilhão. Em 2019 conquistou o 2º lugar no 10º Prêmio ANEPREM de Boas Práticas de Gestão Previdenciária, na categoria Grande Porte. Além de garantir os benefícios previdenciários aos segurados, a autarquia ainda disponibiliza na Previdência os programas PRE-AP-Programa Pré-Aposentadoria e POSAP-Programa Pós-Aposentadoria. Na área da Saúde, além dos serviços de proteção e recuperação da saúde, através da Medicina Preventiva oferece diversas atividades que visam a promoção da qualidade de vida dos beneficiários.

Saiba mais em www.seprev.sp.gov.br

Você é nosso ASSINANTE? Quer ver suas ações divulgadas para o país todo?

Só enviar pelo **email: contato@revistarppsdobrasil.com.br**, um texto com máximo de 150 palavras e uma foto, e seu RPPS aparecerá aqui e também na nossa rede social.

Aproveite!

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Dois anos voam!

Em 12 de novembro de 2019 o Congresso Brasileiro promulgou a Emenda Constitucional nº. 103 que alterou o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias que impactam todos os Entes Federativos brasileiros.

Neste contexto, o § 14 do artigo 40 traz uma nova redação à faculdade que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios tinham em instituir o Regime de Previdência Complementar (RPC) para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo. Na nova redação a faculdade se torna obrigação e os Entes Federativos que possuem Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), terão um prazo de até 02 (dois) anos para instituir a Previdência Complementar, conforme disposto no § 6º do artigo 9º da Emenda Constitucional.

Importante ressaltar que a faculdade foi disposta na redação dada pela Emenda Constitucional nº. 20, de 15 de dezembro de 1998, completando 21 anos em 2019, e durante este tempo, e a partir de 2012, apenas a União e alguns Estados, o Distrito Federal e pouquíssimos Municípios aproveitaram a faculdade e instituíram o RPC para os servidores públicos titulares de cargo efetivo.

Então TODOS os Entes Federativos que possuem RPPS deverão em até 02 (dois) anos instituírem o RPC, que será aplicável aos seus servidores, principalmente aqueles que ingressarem no serviço público a partir da data da instituição da Complementar.

Mas as obrigações temporais, aquelas que devem ser implementadas em até 11 de novembro de 2021, dos Entes Federados que possuem RPPS, não terminam aí.

Para aqueles Entes que possuam servidores acima do teto, também será obrigatória a formalização do Convênio de Adesão com Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) para a administração do plano de benefício.

O Ente Federado poderá optar, atendidos os requisitos dos Órgãos Regulador e Fiscalizador, em constituir a própria EFPC para administrar seus planos de benefício.

Para os Entes que não possuam servidores acima do teto, recomenda-se a formalização do Convênio de Adesão, porém, este procedimento, não é obrigatório.

O dispositivo legal determina que o não cumprimento do prazo de instituição e/ou formalização do convênio de adesão ou constituição da própria EFPC, ensejarão a perda da regularidade previdenciária do Ente Federado. Lembrando que a perda do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) traz sanções punitivas significativas, tais como: i) impossibilidade de recebimento de transferências voluntárias de recursos pela União, com exceção às ações de educação, saúde e assistência social; ii) impossibilidade de celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de recebimento de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União; iii) impossibilidade de liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais e iv) impossibilidade de pagamento dos valores devidos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) em razão da compensação financeira de que trata a Lei Federal nº. 9.796/99.

Para os Entes Federados instituírem o RPC, aconselha-se que seja constituído um Grupo de Trabalho (GT) com objeto na construção do marco legal e estudos de viabilidade para adesão a plano Multipatrocinado ou Patrocinado ou criação da EFPC e de Plano de Benefício. O GT deverá conhecer a legislação dos fundos de pensão, realizar estudo da massa de servidores, definir, se for o caso, as questões em relação ao Plano de Benefício (público-alvo, extensão do plano aos atuais servidores, tipos de cobertura a serem oferecidos, percentual de contribuição do participante e do patrocinador, entre outros).

Recentemente o Ministério da Economia, Subsecretaria do Regime de Previdência Complementar (SRPC) lançou um Guia da Previdência Complementar para Entes Federativos que traz diversas informações sobre o panorama geral do regime de previdência complementar, as alternativas e os procedimentos recomendáveis para a instituição do RPC, as recomendações ao Projeto de Lei do Ente Federativo e, inclusive, trazendo minutas de projeto de lei e os aspectos mínimos a serem observados na escolha da EFPC para formalização do Convênio de Adesão.

A SRPC recomenda, principalmente aos Entes Federativos Municipais, que instituam o RPC e formalizem Convênio com EFPC para adesão a Plano de Benefícios Multipatrocinado.

Os Entes Federativos que até o momento não começaram a fazer o dever de casa de instituir o RPC devem lembrar que dois anos voam.

Até a próxima!

Alexandre Wernersbach Neves é Diretor Presidente na Fundação de Previdência Complementar do Estado do Espírito Santo - PREVES

PREFEITOS SÃO CHAMADOS A OLHAR PARA O RPPS

Evento realizado em Brasília pela FNP – Frente Nacional de Prefeitos chama a atenção de gestores para vivenciar a questão previdenciária dos municípios com responsabilidade

A FNP pretende realizar outras ações para conscientizar os prefeitos

O Seminário Nacional "Aplicação da Reforma da Previdência pelos municípios brasileiros – EC 103/19" realizado em Brasília chamou os prefeitos para discutirem os impactos da mudança.

Na ocasião, participaram do evento o presidente da ANEPREM, Heliomar Santos, alguns representantes de RPPSs e autoridades como Leonardo Motta e Allex Albert representando a Secretaria da Previdência, dentre prefeitos de várias partes do Brasil.

Leonardo Motta foi um dos palestrantes

Para Leonardo Motta, da SPREV, participar da discussão foi satisfatório, já que os prefeitos precisam realmente se mobilizar em torno do tema RPPS. "Foi muito bom prestigiar o evento, trazer orientações e debater com esses agentes, no sentido de entender a aplicação da emenda 103, e toda a reforma da previdência nos estados e municípios. A EC 103 atribuiu muita autonomia aos municípios para estabelecimento de normas e viemos aqui discutir e mostrar o que é de aplicação imediata, quais providências os estados e os municípios podem adotar para fazer o dever de casa. Nos últimos anos a previdência está cada vez mais em evidência em virtude da pressão fiscal que ela traz aos entes. Por isso, muito importante que se discuta com a sociedade os impactos que a previdência traz para cada localidade. Uma reforma que poderia ser feita no Congresso, agora será discutida em âmbito local. Por isso a importância desse evento aqui para que eles entendam os aspectos salutares e levem pra suas áreas de atuação", ponderou.

Paulo Valle falou de Previdência Complementar

Paulo Valle falou aos prefeitos sobre a Previdência Complementar - PC. “Temos a determinação constitucional e agora o teto do Regime Geral e do Regime Próprio é em torno de R$ 6 mil. Se antes o servidor ganhava R$ 20 mil, agora a contribuição é sobre R$ 6 mil. O que passar desse valor deve ser feito via Previdência Complementar. Se o servidor quer receber mais que o teto, precisa da Complementar”, informou Valle ao afirmar que a sua participação em eventos tem como objetivo divulgar o guia de orientação elaborado no âmbito do Conselho Nacional de Previdência Complementar. Segundo ele, o grupo que construiu esse Guia de Orientações da PC é formado de vários integrantes da sociedade civil e do serviço público. É um grupo heterogêneo e o grande desafio é em dois anos a Complementar estar instituída de maneira plena. “Decidimos criar o guia de passo a passo para facilitar que os entes sigam e cumpram o prazo de implantação”, pontua.

Para Heliomar Santos, presidente da ANEPREM, há algum tempo a ANEPREM tem buscado trazer o executivo e o legislativo para verem a importância da previdência no ajuste fiscal dos entes. “Antes, prefeitos não se preocupavam com esse tema. Essa parceria com a FNP é importante por termos tido a oportunidade de incentivar esse processo. Tem muitos prefeitos com déficit previdenciário. A ANEPREM tem esse papel de diminuir o custo do financiamento do sistema. Queremos estimular os investimentos em políticas públicas para beneficiar toda a sociedade. Todos ganham, traz tranquilidade para o servidor que vai ter garantia do pagamento do benefício. Isso que estamos buscando, visando o equilíbrio do RPPS. Hoje os agentes estão vendo a necessidade dessa medida com ajustes necessários na legislação. Precisa adequar a questão legal à reforma para garantir o CRP e os futuros repasses. A proposta é muito positiva, pois é equilibrando o sistema que o servidor ganha e a sociedade também”, destaca Santos.

Santos salienta ainda que a maior dificuldade dos RPPSs hoje são os atrasos nos repasses e isso denota a falta da cultura previdenciária. “Estamos vivenciando esse movimento de estimular a união de todos em prol da Previdência. Sonhamos muito com essa realidade”.

Heliomar, presidente da ANEPREM, participou da discussão

Prefeito de Vila Boa, Felipe Santana

Para o prefeito de Vila Boa/Goiás, Felipe Alves Santana, o evento trouxe informações importantes. “É sempre bom termos um ‘puxão de orelha’ no sentido de nos voltarmos para a importância de cuidarmos do equilíbrio de nossas contas e de estruturar de fato uma previdência saudável e eficaz”, disse.

Confira alguns cliques do Seminário da FNP:

Felipe Huff, assessor parlamentar

Regina, do Instituto de Ribeirão Preto, também marcou presença

Ricardo Pena também ministrou palestra

Os prefeitos receberam orientações pertinentes para esse momento

Vários prefeitos marcaram presença

O gestor de Limeira, Edilson, participou do evento

Miki Breier, prefeito de Cachoeirinha - PR

Facilite o dia a dia do **RPPS**

com a solução completa para análise e consolidação de investimentos.

Base de Dados de Fundos:

Avalie e compare todos os fundos do mercado

Veja a carteira dos fundos e dos RPPS e saiba onde investem

Consolidação de Carteiras:

Acompanhe a rentabilidade e a liquidez de sua carteira

Calcule indicadores de risco e performance

Identifique o enquadramento de seus investimentos na Resolução 4604

Gere automaticamente o XML do DAIR e do AUDESP (SP), além das APR's

Uma **plataforma ideal** também para Bancos, Seguradoras, Gestoras, Wealths, Fundos de Pensão e Empresas de Grande Porte.

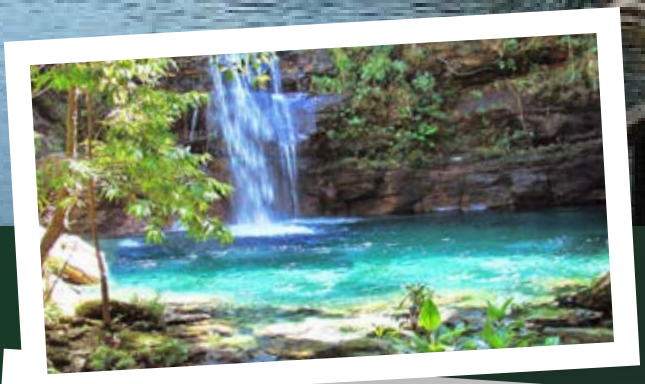
Conheça mais sobre o sistema que vai melhorar o dia a dia na sua empresa.

11 4133.4900

comdinheiro.com.br

COMDINHEIRO
SOLUÇÕES PARA O MERCADO FINANCEIRO

made with love Benetton



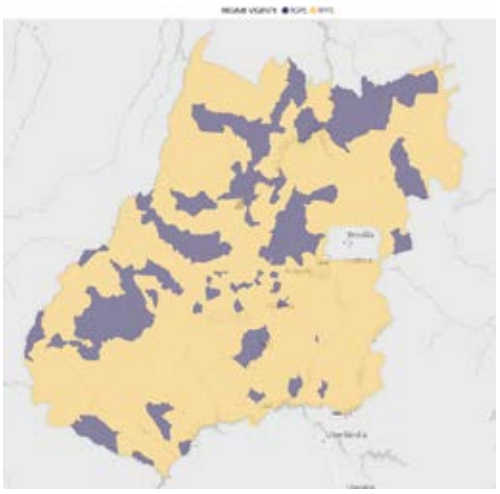
Goiás é nosso ponto de parada!

Na nossa viagem por este Brasil Previdenciário, a cada parada, um pouco de aprendizado por conta do trabalho de gestão feito por gente que ama o Regime Próprio. E nesta edição da Revista RPPS do Brasil, aquela pausa no nosso Estado de origem, afinal, estamos situados em Catalão, no Sudeste goiano, e do interior de Goiás, produzimos conteúdo de qualidade e comprometido com o fortalecimento do RPPS.

Destacamos o trabalho de gestão da equipe de Caldas Novas e Senador Canedo, representando os 164 RPPSs instituídos no território goiano.

Goiás é nosso destino nesta edição

Situação previdenciária dos RPPSs do Estado de Goiás sob a análise da Lumens Atuarial



O principal objetivo de um RPPS é garantir a tranquilidade financeira que os servidores tanto esperam na sua aposentadoria. Para isso, realizar uma boa gestão é fundamental, pois, mal gerido, um RPPS pode, não só eliminar esse sentimento de tranquilidade, como também se tornar um enorme entrave para as finanças públicas.

Assim, no intuito de realizar uma análise atuarial da gestão dos RPPSs brasileiros, a série de artigos SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS RPPSs, apresentará nessa edição os indicadores de desempenho dos RPPSs do Estado de Goiás.

RANKING DE EFETIVAÇÃO DE REGIMES PRÓPRIOS

O indicador **Efetivação de Regimes Próprios** representa quantos municípios de um determinado Estado possuem RPPS, de acordo com esse indicador Goiás ocupa hoje a 5ª posição no ranking com 69% de efetivação, possuindo 170 municípios com RPPS do total dos 246 existentes no estado.

Para efeito de comparação o melhor colocado, possui 85% de efetivação e o pior colocado possui 5%.

ANÁLISE POPULACIONAL

Com base nos dados dos Demonstrativos de Resultados das Avaliações Atuariais (DRAA) de 2017, fornecidos pela Secretaria de Previdência – SPREV, pode-se observar que tais RPPSs possuem um total de aproximadamente 243 mil segurados, dos quais 53% fazem parte de planos previdenciários, que são assim caracterizados devido a necessidade de formação de reservas matemáticas, e 47% possuem planos financeiros, cuja característica principal é ter seus recursos administrados com base em regime de fluxo de caixa.

Os servidores ativos representam 70% da massa total de segurados, contando com uma idade média de 45 anos e uma remuneração média de R$ 2.400 mensais.

Desconsiderando o RPPS do Estado, os 97 mil segurados ativos restantes possuem uma remuneração média de R$ 2.450 mensais e uma idade média de 45 anos, nos permitindo inferir que permanecerão em fase contributiva por volta de mais 15 anos, aproximadamente.

Com relação aos servidores inativos, 84% são segurados aposentados e 16% são segurados pensionistas.

EM DIA COM O ORGÃO FISCALIZADOR

O Órgão regulador, com o objetivo de garantir a qualidade da gestão previdenciária e a segurança do segmento, emite o CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária aos municípios que indicarem, por meio de sua gestão do RPPS, que possuem os critérios necessários para sua a obtenção, dentro os quais destaca-se: A comprovação de que os repasses contributivos estejam em dia por parte do Ente Federativo, assim como, que a Avaliação Atuarial do RPPS seja realizada e apresentada dentro dos prazos pré-estabelecidos.

Com relação aos RPPSs goianos, podemos observar que 23% dos munícipios estão com o CRP irregular ou o obtiveram por via judicial, o que indica o não cumprimento dos critérios estabelecidos pelo Órgão regulador. Um dos principais motivos é a não realização da Avaliação Atuarial.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Os indicadores de desempenho são índices de gestão que refletem a performance Financeira e Atuarial dos RPPSs, de modo que o município possa ter uma perspectiva da situação atual do regime, bem como, poder analisar sua evolução e traçar ações estratégicas com o intuito de garantir aos seus segurados a tão esperada estabilidade durante o período de aposentadoria.

O Índice de Cobertura dos Benefícios Concedidos - ICBC demonstra que os valores acumulados nos fundos dos RPPSs de Goiás são capazes de garantir 41% dos benefícios futuros dos atuais aposentados e pensionistas, demonstrando um risco de insolvência atuarial.

Assim, como a reserva matemática de benefícios concedidos

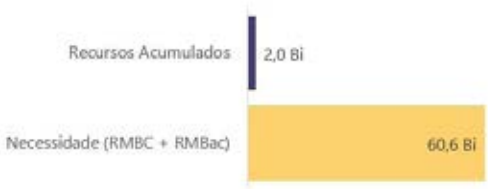
não está totalmente coberta, o **Índice de Cobertura dos Benefícios a Conceder - ICBaC** equivale a 0%, destinando os recursos a integralização da necessidade dos atuais aposentados e pensionistas.

De forma agregada, ao comparar os recursos financeiros acumulados com o total de reserva matemática dos RPPSs, verifica-se que 14% das obrigações futuras estariam cobertas pelos recursos acumulados. Para fins de se ter um equilíbrio técnico atuarial, o **IC-Total** deveria ser igual ou superior a 1.

O indicador de **Maturidade Populacional**, demonstra a proporção entre segurados ativos e segurados em recebimento de benefícios. Os RPPSs de Goiás de forma agregada, apresentam atualmente uma relação de 4,62 segurados ativos para cada um em benefício. Resultados acima de 5 demonstram que o RPPS possui um perfil demográfico favorável a acumulação de recursos previdenciários.

Sob uma perspectiva de fluxo de caixa dos RPPSs, o **Índice de Cobertura Financeira** demonstra a proporção entre as receitas anuais com contribuição e as despesas com benefícios. Atualmente, o índice observado para Goiás é de 152%, ou seja, as receitas superam as despesas em 52%, apresentando, portanto, um fluxo de caixa positivo, possibilitando a acumulação de recursos nas reservas financeiras, no entanto estes ainda são destinados à cobertura dos aposentados e pensionistas.

Quanto ao **resultado atuarial**, os RPPSs de Goiás apresentaram um Déficit Atuarial elevado no encerramento do exercício de 2017, aproximadamente R$ 47 Bilhões.



Verificamos ainda que, de maneira conjunta cada os RPPSs do estado já reconheceram 11 bilhões do respectivo déficit, implementando o plano de amortização necessário para equilibrar as contas.

Conclusivamente, considerando o enorme potencial que os RPPSs de Goiás possuem, mas tendo em vista todos os desafios apresentados, ressaltamos a importância de se promover no Estado um foco ainda maior numa gestão previdenciária capacitada e de qualidade, a fim de assegurar um futuro tranquilo a todos seus servidores e uma sustentável gestão dos cofres públicos.

Até a próxima.

Lucas Azevedo Fonseca, Atuário, Consultor Previdenciário e Sócio da LUMENS ATUARIAL

www.lumensatuarial.com.br
lumens@lumensatuarial.com.br
@lumensatuarial

Rio Grande do Sul | (51) 3150 4499
Santa Catarina | (48) 3306 4134
Minas Gerais | (31) 4136 0414

LUMENS ATUARIAL

TRANSFORMAMOS NÚMEROS EM DIRECIONAMENTOS

Caldas Novas tem um RPPS consolidado

Bauhmam em posto de trabalho

Recepção Caldas Prev

A capital brasileira das águas quentes é rica por natureza e também vem construindo riqueza previdenciária. Caldas Novas criou o Caldas Prev com o propósito e garantir o futuro previdenciário dos servidores públicos do município.

Funcionando em sede própria com um quadro de 12 funcionários entre efetivos e comissionados, beneficia 2.578 servidores ativos e 292 inativos.

Com Patrimônio Líquido de mais de R$ 47.186.126,31, os quais estão investidos de maneira diversificada, entretanto, visando uma garantia maior na aplicação de recursos, estão concentrados os recurso em sua maior parte em títulos de renda fixa. 10% do PL está aplicado em renda variável na busca incessante de superar a meta atuarial. “Nossa rentabilidade foi auferida no valor de R$ 4.175.865,98 (quatro milhões, cento e setenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e noventa e oito centavos) com base no período de janeiro a dezembro de 2019. A meta atuarial no exercício de 2019 foi de 10,56%, entretanto alcançamos a rentabilidade no percentual de 10,23%”, pondera o gestor Bauhmam de Alencar Sobrinho, graduado em Direito, pós-graduado em Gestão de Riscos e Compliance.

Com CRP ativo, o RPPS trabalha com foco em melhoria para os beneficiários e está implantando o Sistema de Prova de Vida, também implantando a procedimentalização na concessão de benefícios previdenciários, organização, profissionalização da gestão e a busca por qualificação e certificações dos servidores do instituto. “Queremos nossa equipe certificada, bem como os membros do Conselho, sendo que todos os membros do COMIN já são certificados, e a busca continuada por outras certificações a todos os envolvidos fazem parte da nossa estratégia de gestão”, pondera o gestor.

E até o fim de 2020 o Caldas Prev quer concluir a implantação da programação de integridade e compliance, adquirir a certificação do Pró-Gestão, realizar a revisão periódica das aposentadorias por invalidez por meio da junta médica do Caldas Prev.

Senador Canedo mostra talento na gestão da Previdência

A equipe tem se dedicado a fazer gestão eficaz

Senador Canedo é uma dessas cidades que se coloca no cenário nacional como uma das mais pujantes em termos de desenvolvimento. Colada à capital Goiânia, a cidade de economia forte também se destaca na gestão previdenciária.

O Instituto de Previdência do Servidor Público de Senador Canedo – SENAPREV foi criado em 03 de setembro de 1991 por meio da lei 175/91. Houve várias atualizações legislativas de maneira a modernizar o Instituto em conformidade com a Constituição Federal e Leis Complementares, sendo a mais recente a Lei 2240/2019, que é a Lei vigente a tratar da Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Senador Canedo – GO.

Atualmente o Instituto é responsável por cuidar do futuro dos mais de 3.000 servidores ativos do Município, bem como já tem em sua folha de pagamento os benefícios de 332 aposentados e 108 pensionistas.

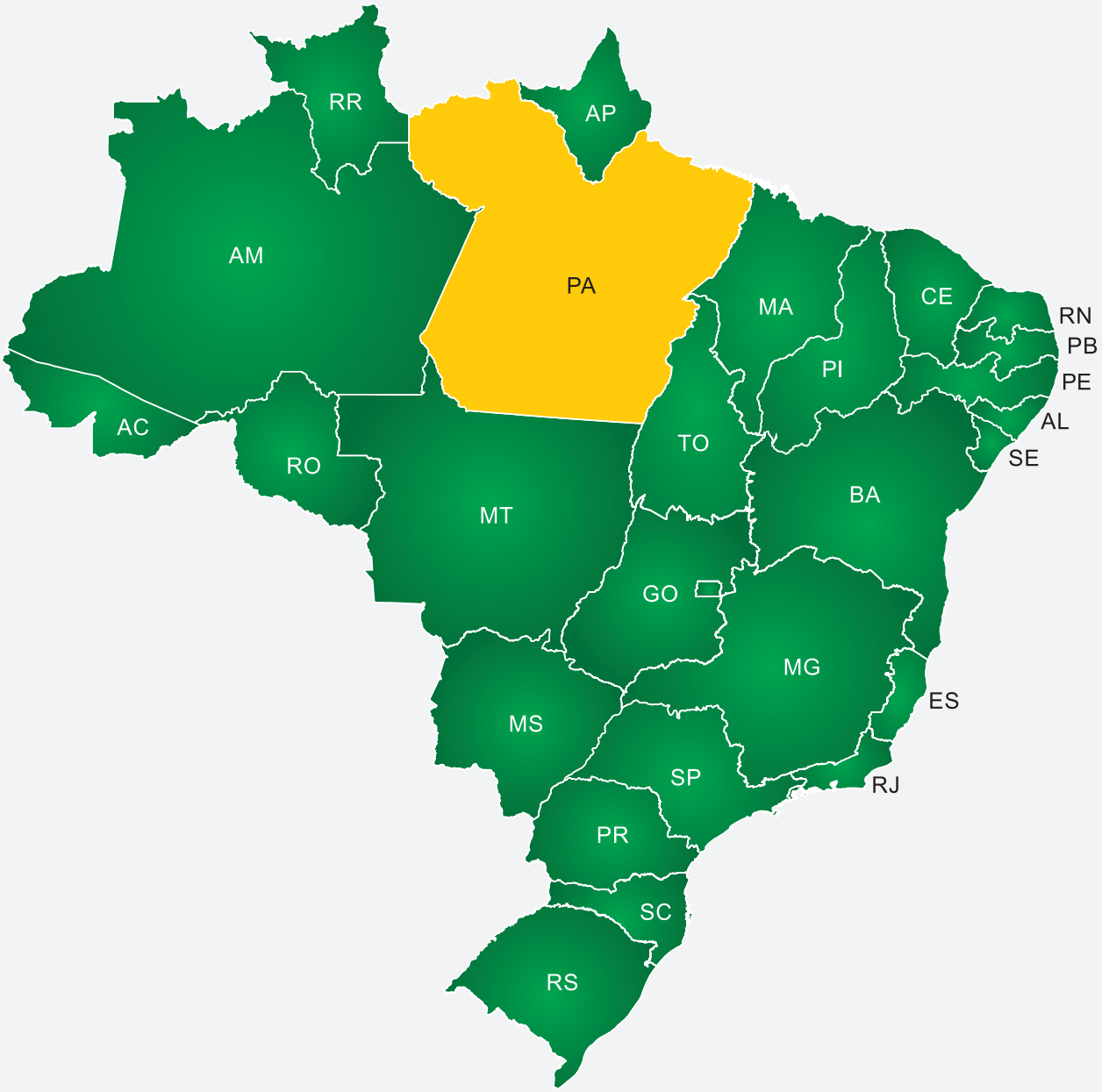
A atual gestão foi nomeada em janeiro de 2019, sendo que ao assumir se empenhou para a modernização do Instituto, em todas as frentes, como já informado houve o empenho para a modernização legislativa de maneira a acompanhar as mudanças de âmbito federal, além disso houve a modernização da sede, com a climatização, sendo instalados 10 aparelhos de ar-condicionado, bem como a humanização da recepção com instalação de painel de chamadas por ordem de chegada com orientação sonora. Também foram colocados em dia todos os pagamentos, dentre folha de pagamento e fornecedores.

Segundo o responsável pela equipe do SENAPREV, Waldison Jacinto da Silva, os projetos não param. “Para 2020 esperamos concluir o processo de licitação e construção da sede própria do Instituto, bem como melhorar a estrutura organizacional e colocar em vigência o departamento de Compensação Previdenciária, visando aumentar a arrecadação de fundos para o Instituto”, pondera.

O atual gestor da Senaprev é conhecido dentro do município de Senador Canedo pelos vários trabalhos de gestão dentre os quais se destacam, Diretor de Recursos Humanos da Prefeitura de Senador Canedo, Coletor Municipal de Senador Canedo, já tendo sido, inclusive, vereador municipal, Secretário de Governo, e no âmbito estadual sendo Diretor Administrativo da Colônia Santa Marta, Diretor financeiro da OVG (Organização das Voluntárias de Goiás), Assessor Especial da Diretoria Financeira da Saneago.

Waldison Jacinto da Silva tem se empenhado em trazer resultados pro RPPS

O RPPS se preocupa em oferecer condições de trabalho para a equipe



Visando evidenciar o que as regiões brasileiras estão construindo em termos de Regime Próprio de Previdência Social, a Revista RPPS do Brasil criou o espaço RPPS Raio X, cujo objetivo é fazer um raio x das Associações e dos Institutos de cada região do Brasil. Na **51ª Edição** da Revista RPPS do Brasil, vamos mostrar os **RPPSs do Pará**. Portanto, se você é gestor ou trabalha com esse segmento, não perca a oportunidade.

Entre em contato:
contato@revistarppsdobrasil.com.br
64 3411 6345 | 99949 7898

porcionou mais celeridade aos serviços prestados aos segurados e que será ampliado até o 1º trimestre de 2020 para as áreas: Jurídica, COMPREV e Arrecadação. "Outro projeto que acreditamos ser importante para a gestão é o cronograma de Capacitação dos servidores e conselheiros que o PREVINI elabora e divulga, acreditando que a qualificação é o caminho para tornar a gestão mais sólida, eficiente e responsável para prestar os serviços de qualidade aos segurados", pondera o presidente ao afirmar que é "importante ressaltar, ainda, um dos destaques do PREVINI, sendo este na área social, na qual entendemos que o mais importante, o pilar central do Instituto são os segurados. Neste sentido foi idealizado um projeto em parceria com a Secretaria Municipal de Assuntos Estratégicos, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEMACTI para conceder um curso de informática com noções básicas, acesso internet, e-mail e navegação no site do Instituto para acessar contracheques, declarações de rendimentos e processos, bem como todo o teor informativo do site. O curso terá início em março com 2 turmas de 18 alunos, no total de 36 aposentados e pensionistas e assim, sucessivamente, até que todos os aposentados e pensionistas tenham acesso ao curso, sendo as turmas ampliadas gradativamente de acordo com a adesão dos interessados, contando mais uma vez com todo o apoio da gestão municipal que confia e confere total autonomia à gestão do Instituto, sendo esta a receita do sucesso. E o trabalho não para, muita coisa ainda está por vir", celebra Moreira.

Rotina na Tesouraria

Anderson Moreira esta à frente da competente equipe do Previni

A sede do Previni oferece conforto

PREVINI DÁ MOTIVOS DE ORGULHO À NOVA IGUAÇU/RJ

O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Nova Iguaçu - PREVINI a cada ano consegue se consolidar na gestão pública entre os Regimes Próprios de Previdência Social, motivo esse se dá à eficiência dos projetos tanto no âmbito administrativo quanto no social.

Porém, a realidade era outra, pois foi constatado no início do ano de 2017 pela nova gestão que o PREVINI apresentava diversas dificuldades internas oriundas de gestões municipais anteriores, cabendo mencionar, ainda, que o pagamento dos benefícios previdenciários já alcançava 3 meses de atraso, assim como o pagamento dos servidores ativos.

Ao se deparar com tamanho problema, a nova gestão com ajuda do chefe do poder executivo, com muita dedicação, envidou esforços para resolver os problemas relativos aos referidos pagamentos para somente à partir desse momento a gestão do Instituto poder se dedicar às suas necessidades primárias. Com isso, a atual gestão entendeu a necessidade de se enquadrar aos requisitos de adesão ao Pró-Gestão, bem como se adequar aos requisitos contidos no edital para a participação no Prêmio de Boas Práticas de Gestão Previdenciária, sendo, desta forma, constatado a mudança de conceito o principal obstáculo a ser superado.

No atual cenário, através de uma gestão participativa tanto dos servidores quanto dos segurados, com ética, humanização e responsabilidade, o Instituto vem logrando êxito em suas ações, que resultou na Certificação Ní-

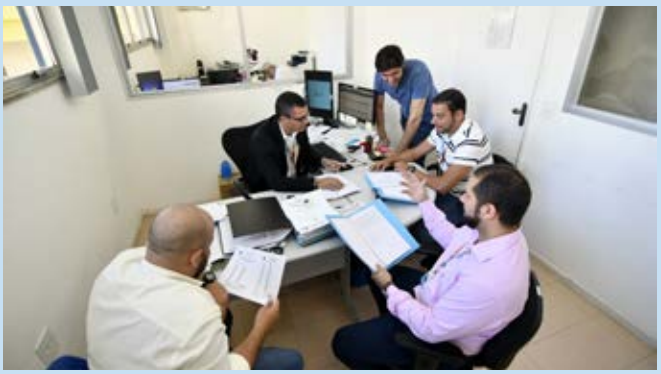
A equipe Previni tem motivos pra celebrar

vel II do Pró-Gestão, no Programa de Certificação Institucional e na Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo o primeiro RPPS Municipal dentre os 92 municípios do Estado do Rio de Janeiro a obter o certificado de qualidade previdenciária no nível II e, por consequência, conquistar o bicampeonato do Oscar da Previdência. "Todo o trabalho implementado no nosso Instituto para se adequar aos requisitos do Pró-Gestão, bem como para sagrar-se bicampeão no Oscar da Previdência da ANEPREM, não seria possível sem o irrestrito apoio da gestão municipal, na pessoa do Prefeito Rogério Lisboa, gestão esta responsável e compromissada com os seus servidores, sendo cumpridora de todas as suas obrigações previdenciárias junto ao Instituto, bem como o inestimável empenho dos servidores do PREVINI que atuaram constante e diretamente tanto na certificação, como na vitória do Instituto no Prêmio de Boas Práticas de Gestão, frisou o Presidente do Instituto, Dr. Anderson Moreira".

O Instituto conseguiu atender aos requisitos do Prêmio de Boas Práticas de Gestão e ficou em 1º lugar com 67 pontos, sendo o ponto mais forte a ética.

Um dos projetos que demonstra a eficiência, não só para o trabalho no dia a dia dos servidores do PREVINI, mas também para a melhoria dos serviços prestados aos segurados, foi a manualização e mapeamento das áreas de benefícios (Concessão de Aposentadoria e Habilitação de Pensão), Investimentos e TI, que pro-

Os beneficiários recebem atendimento digno


Reunião DAF

REVISTA
RPPS
do Brasil

CAPA ESPECIAL

PREVINI É MOTIVO DE ORGULHO À NOVA IGUAÇU / RJ

RPPS carioca se destaca pelo viés da governança